

A SEMANA

na África

Clipping sobre PALOP e África Austral

26 de agosto a 1 de setembro de 1991 - nº3

LUANDA ESTÁ CERCADA POR GREVE PORTUÁRIA (Angola)

Os portuários montaram barricadas para impedir o funcionamento do porto de Luanda, vital para um país que vive de importações. Isto ocorre justamente quando muitos navios aguardam ao largo, com alimentos, dentro de um plano governamental de abastecimento a ser cumprido neste período pré-eleitoral [eleições em setembro do próximo ano].

Ao mesmo tempo, a Associação Industrial de Angola reclama dos aumentos salariais concedidos pelo governo, classificando-os como "eleitoreiros" e da política de importações que beneficia os bens de consumo e não os insumos, necessários para manter a economia funcionando. (p.03)

NASCEU A FRELIMO Nº 3

CONGRESSO DA FRELIMO REELEGE CHISSANO

COMITÊ CENTRAL RENOVADO PELA METADE (Moçambique)

Encerrou-se o VI Congresso da Frelimo, com a reeleição de Joaquim Chissano como presidente. O novo Comitê Central, eleito pela primeira vez pelo voto secreto, tem 170 membros (eleitos numa lista de 400) e irá escolher o secretário-geral e os 15 membros da nova Comissão Política (antigo birô político).

Ao contrário do que se poderia prever, o Congresso não apresenta profundas alterações na hierarquia, apesar de ser realizado após uma tentativa de golpe militar. As mulheres passaram a compor 36% do Comitê Central, onde quase um terço dos membros tem formação de nível superior. Militares importantes não se candidataram dentro da política de despartidarização das Forças Armadas.

Informativo de circulação restrita editado pelo programa de Estudos Africanos do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS — CEAA do Conjunto Universitário Cândido Mendes.
Responsável: José Maria N. Pereira. Elaboração: Colin Darch, Edson Borges, Francisco E. Novello, Marcelo Bittencourt Pinto e Rogério A. Schmitt.
Secretaria: Ana Cristina Macedo de Souza. Rua da Assembléia, 10, Sala 501. Telefone: 224-8622 R. 259; 221-3536; Fax: (021) 2310648.
Rio de Janeiro — Brasil Cep: 20011.

Um analista observou que acabara de ser criada a Frelimo nº 3, de Chissano, com acento na social-democracia. A nº 2, foi a de Samora Machel, de cunho Marxista-leninista, e a nº 1, do fundador Eduardo Moudlane [1962-1969], marcada pelo frentismo amplo de todas as tendências; (p.p. 16 24 28).

ÁFRICA DO SUL: VALORES CAPITALISTAS

Até os fins da década 80 os negros não podiam ser donos de propriedade nem de empresas em 87% da África do Sul. Entretanto, alguns homens de negócios negros se lançaram, ilegalmente, em sectores tais como o de venda de bebidas alcoólicas, a indústria do jogo e de transporte. Mesmo agora, a maioria dos empresários negros trabalha em sectores informais, constituindo cerca de 3% do PIB. Mas a transição desta actividade de pequena escala para um nível mais desenvolvido fica bem difícil. Os sucessos mais destacados neste sentido foram os dos taxistas negros, que são hoje em dia os principais fornecedores de serviços de transporte nas zonas rurais e nos bairros africanos. Entretanto, para satisfazer as aspirações económicas dos negros, torna-se necessário um programa de ação afirmativa [favorecimentos aos negros], já que as regras do mercado são definidas pelas grandes empresas dos brancos. (p.34)

ATHAYDE MARQUES NEGOCIA 8 PROJECTOS DE 10 MILHÕES (PALOP)

O vice-presidente do Instituto do Comércio Externo de Portugal (ICEP), Miguel Athaiyde, afirma que a instalação das empresas portuguesas nos Palop está relacionada com a criação de unidades produtivas nesses países, em decorrência da existência de fortes barreiras alfandegárias e de problemas cambiais. Este investimento pode ser feito em parceria com empresas estrangeiras. (p.01)

PROJETO 'JEEP' LANÇADO EM ÁFRICA. (PALOP)

O programa denomina-se NEEP (Novos Empresários de Elevado Potencial) e se propõe selecionar no mercado local os indivíduos que revelem melhores potencialidade para ser empresários. Este terão o apoio de instituições como o Banco Mundial e o Banco Africano para o Desenvolvimento (BAD), para o lançamento de novas empresas ou a criação de "joint-ventures" com parceiros portugueses e norte-americanos.

Sem partilhar da idéia pessimista de que os africanos são incapazes de assegurar a sua própria gestão, a AFEA (Associação para o Fomento Empresarial em África) prepara para os dias 25, 26 e 27 de outubro uma conferência tri-lateral que reunirá em Lisboa três dezenas de empresários norte-americanos, portugueses e dos PALOP. Este encontro visa assegurar Portugal como Porta de entrada não só para a Europa, mas também para a África. (p.02)

CIDADE DOS PRODÍGIOS (Angola)

Embora fundada em 1975, a cidade de São Paulo da Assunção de Luanda privilegiava a data da sua libertação, em 15 de agosto de 1648, da ocupação holandesa, por uma esquadra brasileira comandada por Salvador Correia de Sá.

Essa cidade, hoje com mais de 2 milhões de habitantes, que já conheceu grandezas e misérias, a vergonha da ocupação colonial e a alegria da Independência, e que vive agora a paz readquirida, é o tema central da matéria, que trata também das boas oportunidades que se oferecem em Angola a empresas que se dediquem, sobretudo, aos setores de construção civil e de bens essenciais. (p.05)

CRIANÇAS, A TRAGÉDIA (Angola)

Contando hoje com mais de dois milhões de habitantes (4 vezes sua população em 1975), a cidade de Luanda vê-se às voltas com um número enorme de refugiados, que ocupam prédios e bairros inteiros, e com a crítica condição da população infantil, ameaçada por um elevado índice de mortalidade e vivendo nas ruas, em grande número (cerca de dez mil crianças), do produto de biscates e roubos. (p.06)

"LOBBY" NORUEGUÊS PRESSIONA LUANDA (Angola)

O artigo reporta a disputa que envolve um consórcio de empresas portuguesas e uma multinacional norueguesa em torno da aquisição da Cimangola, empresa estatal responsável por todo o cimento produzido naquele país africano. Em meados de 1990, o governo angolano abriu concorrência sobre 49% do capital de uma sociedade anônima mista, a ser formada a partir dos ativos da Cimangola. (p.07)

PORTUGAL TRANQUILO COM A PAZ EM ANGOLA

O representante de Portugal na Comissão Conjunta político-militar (CCPM), que fiscaliza a aplicação dos acordos de paz estabelecidos para Angola, embaixador Antonio Monteiro, salientou que o processo é complexo, mas que não há qualquer problema maior — contrastando, assim, com o pessimismo da UNITA —, e afirmando que, na verdade, o movimento de Savimbi está desorientado e divergindo sobre as várias questões em jogo: cumprimento dos prazos do acordo, acantonamento das tropas, libertação e troca de prisioneiros, e calendário eleitoral. (p.08)

FLEC (R) EXIGE REFERENDO EM CABINDA (Angola)

A Frente de Libertação do Enclave de Cabinda - Renovada (FLEC (R)) exigiu, em Lisboa, a realização de um referendo de autodeterminação. O presidente da FLEC(R), José Tibúrcio, admitiu a manutenção de contatos informais com o governo angolano e com a UNITA. No entanto, espera a intervenção das au-

toridades portuguesas. A FLEC(R) afirma ter "o direito de recorrer a todos os meios de lutas possíveis", pois até o momento não houve a assinatura de nenhum cessar-fogo entre o movimento e as autoridades angolanas. (p.09).

UNITA E LUANDA LIBERTAM 100 PRESOS (Angola)

CINQUENTA PRISIONEIRO LIBERTADOS NA JAMBA (Angola)

Continua em Angola a polêmica sobre a libertação de prisioneiros, embora o governo tenha libertado mais 48 prisioneiros e a Unita, 52. Ela critica que o governo está entretendo o processo, o que Luanda desmente. (pp.09 e 10)

CLIVAGENS NO PAIGC ANIMAM VIDA POLÍTICA (Guiné-Bissau)

A crise interna provocada pela "Carta dos 121" [Militantes que reivindicam a democratização do partido - ver clipping nº 2, pp.III e 14] está surtindo efeito. O Comitê Central do partido, que raramente se reúne, tem realizado sessões mensais, e o Birô Político já entrou em contato com representantes dos "121" que, por sua vez, estão participando das comissões preparatórias do próximo congresso. A "linha-dura" tem seu núcleo no aparelho de segurança do Estado, que nunca foi tão partidário como agora. Falta saber qual é na prática a posição final do presidente Nino Vieira, cujas afirmações tem sido no sentido pluripartidário e da democratização (p.12)

GUINÉ BISSAU ABRE CONSULADO EM COIMBRA

Visando sensibilizar empresários do centro de Portugal e contribuir para a integração na sociedade dos estudantes e trabalhadores guineenses aí residentes, a Guiné-Bissau inaugurou um consulado honorário em Coimbra, numa solenidade a que esteve presente o presidente Nino Vieira. (p.14)

LÍNGUA PORTUGUESA NÃO PODE SER ESQUECIDA NA GUINÉ-BISSAU

Em visita particular a Portugal, o presidente da República, Nino Vieira, salientou que a Guiné, por "estar encravada entre dois países de língua francesa" [Senegal e Guiné (Conakry)], e devido a laços culturais e históricos, necessita da colaboração e a ajuda dos portugueses, para manter sua linguística. (p.15)

O REGRESSO DOS FEITICEIROS

A HORA DOS "NINJAS" (Moçambique)

Nicoadala, sul da província da Zambézia, Jovens camponeses, após cerimônia ritual (militar e religiosa), com suas roupas coloridas, portando armas primitivas (lanças e azagaias) e fitas encarnadas que lhe conferem um poder mágico (protegendo-os das balas dos "bandidos armados", des

de que respeitem certos tabus), são transformados em guerreiros destemidos e invulneráveis. Denominam-se os naparamas, os "homens antibalas" que, atacando à maneira dos Zulus — sendo que são proibidos de usarem armas de fogo —, são crentes em seus poderes sobrenaturais.

Inicialmente considerados como bandidos pela Igreja Católica e pelo Governo, os naparamas, pela sua eficácia na luta contra a Renamo, em defesa das suas próprias comunidades, começaram a ganhar forma e popularidade. Eles são liderados por um curandeiro, Manuel Antonio, cuja doutrina mistura cristianismo e islamismo com a religião tradicional.

Perseguidos antes pelo espírito racionalista/marxista da Frelimo, eles são hoje, por pressão das "bases", aliados do governo na luta contra a Renamo.

A insegurança em Maputo é crescente. Muitas crianças já não se contentam com a mendicância ou pequenos furtos. É o caso dos "ninjas", um dos responsáveis pelo clima de terror, com assaltos e até homicídios.

O Governo é levado a reconhecer que essa violência nas cidades é resultado dos apertos econômicos provocados pelo plano de Recuperação Econômica, que segue o modelo recomendado pelo FMI. (pp. 17 a 20)

ANTÔNIO DIAS DA CUNHA: "APOSTAMOS NA DISTRIBUIÇÃO NO SETOR ALIMENTAR EM MOÇAMBIQUE"

Entrevista concedida ao "Expresso" pelo presidente do grupo empresarial português Entrepasto, Antônio Dias da Cunha, 57 anos, na qual opina sobre as novas e velhas áreas de investimento da empresa, sobre a realidade moçambicana e sobre a política portuguesa. A holding atua em Portugal, Moçambique, Espanha, e Brasil, com cerca de 40 empresas, movimentando anualmente mais de US\$500 milhões e empregando mais de 9 mil pessoas. (pp. 21 e 22)

MULHERES MOÇAMBICANAS LUTAM PELA EMANCIPAÇÃO

Dirigentes da Associação das Mulheres Moçambicanas Empresárias e Executivas (AMMEE), que inclui setores "tradicionais" (cabelereiras, boutiques) e modernos, qualificam de discriminatório o meio social onde atuam, identificando a crise moçambicana como "ausência total de lei e de ordem", demandando o surgimento de um partido forte, vendo nos que surgem ausência de ideologia, defasamento com a realidade e falta de perspectivas, mencionando ainda como principais problemas o crédito bancário, a corrupção administrativa e a criminalidade urbana. Concluem afirmando que, se o acordo de paz é fundamental, não é suficiente para a reorganização do país, demandando outras providências. (p.26)

BANCO DE FOMENTO E EXTERIOR ABRE ESCRITÓRIO EM MAPUTO (Moçambique)

O Banco de Fomento e Exterior abrirá, breve, um escritório em Maputo. Em - bora, inicialmente, não possa exercer funções comerciais, por força da legislação vigente, a sua instalação permite que se anteveja um bom futuro para a cooperação econômica, pois trata-se de uma instituição especializada em fornecer apoio aos investimentos portugueses no estrangeiro. (p.29)

LEÕES, PRINCIPES, CHEFES: REPORTAGEM SOBRE A 1ª CONFERÊNCIA NACIONAL DO ANC (África do Sul)

Numa análise sarcástica, o escritor sul-africano R.W. Johnson [autor do livro "A África do Sul pode sobreviver até 1984?"] tenta descrever os principais acontecimentos do Congresso do ANC, como "uma organização vivendo o mais intensivamente ao nível elitista"; o artigo tem o seu principal interesse na caracterização das personalidades, tal como a de Winnie Mandela "concorrendo com Adelaide Tambo para o cargo de 'Mãe da Nação' (actualmente vazio)", ou Alan Boesak, recusando se inscrever como membro ordinário do movimento sem garantia de ser logo nomeado para "uma alta posição de liderança". (p.p.31,32 e 33)

PROJETO DE ACORDO DIVULGADO EM JOANESBURGO (África do Sul)

O ANC ACUSADO DE HAVER TORTURADO ALGUNS DE SEUS DISSIDENTES (África do Sul)

Os dois artigos tratam de questões relativas à violência civil na África do Sul, neste presente contexto de negociação política. O projeto elaborado em conjunto pelo governo, pelo ANC e pelo Inkatha prevê um maior controle sobre a polícia, restringe o porte de armas e proíbe a constituição de exércitos privados ou de milícias pelos partidos. As acusações de torturas infligidas pelo ANC a dissidentes, feitas por um grupo de 32 ex-militantes do movimento — acusações muito precisas — causam um grande embaraço ao movimento, levando mesmo altos responsáveis, como Chris Hani e Winnie Mandela, a reunir-se com representantes do grupo, a quem acusavam de serem pagos pelo Serviço Secreto Sul-Africano e pela CIA. Estas acusações podem prejudicar o ANC, fornecendo munição para os ataques de seus inimigos, especialmente o Inkatha. (p.35)

SUFRÁGIO UNIVERSAL NA ÁFRICA DO SUL

O projeto de Constituição do Partido Nacional, atualmente no poder, prevê a instalação do sufrágio universal, e um novo sistema de Parlamento, com duas Câmaras — sendo uma eleita segundo o princípio "um homem, um voto" (antiga reivindicação do ANC) — em lugar do atual regime de três câmaras, branca, indiana mestiça). (p.35)

Athayde Marques negocia 8 projectos de 10 milhões

Miguel Athaide Marques é vice-presidente do ICEP – Instituto do Comércio Externo de Portugal. Responsável pelas negociações com a Ford/Wolkswagen Athayde Marques fala-nos das novas tendências do investimento estrangeiro em Portugal. Por incrível que pareça, uma das grandes apostas vai ser o investimento nipónico que nos primeiros quatro meses deste ano já cresceu mais de 5000% em relação ao mesmo período de 1990. Quanto ao investimento estrangeiro em geral deverá aproximar-se este ano dos 1000 milhões de contos.

S-Entraria agora num tema bem distinto: a internacionalização das empresas portuguesas e o investimento nacional no estrangeiro. O que pensa sobre este assunto?

AM- A internacionalização das empresas portuguesas é um assunto muito importante. Acredito que a sobrevivência das nossas empresas no futuro vai passar pela sua capacidade de internacionalização. Esta significa muito mais que exportar, significa fazê-lo com a capacidade de controlar os circuitos de distribuição e apostar em marcas gerindo as variáveis do marketing mix. Na prática o que acontece é que as empresas portuguesas têm os seus agentes que detêm as marcas e os circuitos comerciais, e a empresa industrial portuguesa não é uma empresa mas sim uma fábrica. É aquela velha questão de vender para contentores e não para mercados.

Esta para mim é uma questão fundamental. Deveríamos mover-nos de uma área em que actualmente estamos concentrados (a venda de mão-de-obra) para passarmos a vender cérebro. Este é o grande salto qualitativo que a indústria portuguesa tem que dar.

Investimento Português no Estrangeiro

S- Em relação ao investimento português nos países africanos de expressão oficial portuguesa, pensa da mesma maneira?

AM- Temos aí outro tipo de internacionalização. O que referi diz respeito à internacionalização das empresas portuguesas nos países mais desenvolvidos como os europeus. Mas quanto aos Países a internacionalização já tem mais a ver com a criação de unidades produtivas nesses países, até porque são países que têm barreiras alfandegárias bastante fechadas e onde existem problemas cambiais.

Mas o investimento português no estrangeiro pode fazer-se em parceria com empresas estrangeiras como por exemplo empresas europeias que queiram também aproveitar as oportunidades de África. Isto está a acontecer e nós temos dado apoio a operações nesse domínio.

S- Qual é então a política de promoção do ICEP neste capítulo?

AM- Uma das nossas prioridades é promover a ligação entre empresas portuguesas e empresas estrangeiras, ligação essa que não tem necessariamente que se fazer em «joint-venture». Há outros caminhos de ligação empresarial como o cruzamento de participações, as alianças estratégicas, acordos comerciais ou a transferência de Know-how.

EXPRESSO, SÁBADO 24 DE AGOSTO DE 1991

Projecto 'JEEP'

lançado em África

SELECIONAR, formar e apoiar 15 a 20 potenciais empresários nos países africanos de língua oficial portuguesa é um dos principais objectivos da recém-constituída Associação para o Fomento Empresarial em África (provisoriamente designada pela sigla AFEA), um grupo de trabalho promovido pela FLAD (Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento), ANJE (Associação Nacional de Jovens Empresários) e o BPA, BNU e Banco de Fomento e Exterior.

«Na prática trata-se de lançar em África um programa denominado 'NEEP' (Novos Empresários de Elevado Potencial), muito semelhante ao nosso programa nacional dos 'JEEP' (Jovens Empresários de Elevado Potencial). Verifica-se uma grande carência de uma classe empresarial nos países africanos de língua portuguesa, pelo que nos propomos seleccionar no mercado local os indivíduos que revelem melhores potencialidades para serem empresários, facultando-lhes a formação e o apoio que necessitam para o lançamento de novas empresas ou a criação de 'joint-ventures' com parceiros portugueses e norte-americanos», explicou Rui Câmara e Sousa da ANJE.

«Não partilhamos da ideia pessimista de que os africanos



Charles Buchanan (FLAD) e Rui Câmara e Sousa (Europrotefina): apoiar os jovens empresários africanos

são incapazes de assegurar a sua própria gestão. Apenas necessitam de formação adequada. O espírito empresarial está ligado à natureza humana», frisou.

200 novas empresas

Segundo a mesma fonte, os promotores da AFEA aceitaram o desafio de criar até ao fim da década cerca de duas centenas de novas empresas (PME e micro-empresas) ou «joint-ventures» lideradas por empresários africanos. O programa chamar-se-á «África 2000». «Pretendemos dar mais ênfase às pessoas do que aos projectos. Os candidatos seleccionados passarão períodos de três ou quatro meses nas

empresas dos parceiros interessados em investir em África», acrescentou Câmara e Sousa.

Constituída na prática, no passado dia 23 de Julho, numa reunião que reuniu os presidentes das instituições fundadoras, a Associação para o Fomento Empresarial em África conta reunir o apoio de mais 30 ou 40 entidades dos vários países envolvidos e financiamentos de instituições como o Banco Mundial e o Banco Africano para o Desenvolvimento (BAD).

«Estes financiamentos destinam-se-ão na íntegra para os projectos a lançar pela associação, dado que o seu próprio funcionamento será assegurado pelo rendimento das

aplicações financeiras efectuadas com empréstimos dos seus principais promotores (cerca de 150 mil contos)», explica o mesmo porta-voz.

Entre outros projectos, referência para a «Hipoteca Popular», «um sistema que contempla a tributação de pequenos subsídios em dinheiro para dinamizar os agentes da 'economia informal' ou subterrânea dos países africanos. Apesar da sua precariedade, são estes agentes que mantêm parte da sociedade desses países. Queremos ajudá-los a serem menos 'informais'», revelou.

«Gostamos de soluções pragmáticas, mas vamos fazer um pouco de navegação à vista. Não queremos fazer coisas megalómenas», acrescentou.

A AFEA prepara a sua apresentação pública para o final de Outubro, promovendo a realização de uma conferência trilateral que reunirá em Lisboa três dezenas de empresários norte-americanos, portugueses e dos países africanos de língua oficial portuguesa. As datas desde já avançadas apontam para os dias 25, 26 e 27 de Outubro. «Queremos igualmente convencer os americanos de que Portugal é uma porta para a Europa e uma ponte para África», acrescentou Câmara e Sousa.

Barricadas sem diálogo

Luanda está cercada por greve portuária

Vitor Silva, em Luanda

Luanda está cercada por mar — mais uma vez. Agora são os trabalhadores do porto, em luta por regalias. Um diálogo difícil numa vida complicada.

O Governo angolano está a enfrentar uma onda crescente de descontentamento, não apenas dos trabalhadores mas também dos industriais e empresários. O agravamento das condições de vida está na base das múltiplas reivindicações que os trabalhadores têm apresentado, algumas vezes de forma selvagem como é, por exemplo, o caso da paralisação que se regista actualmente no porto de Luanda, importante sector da economia angolana — por aí passa uma grande percentagem das mercadorias.

Os portuários não fizeram pré-aviso da greve e enquanto tinham uma comissão a negociar com a direcção decidiram montar barricadas e impedir o acesso ao porto de quem quer que fosse. Um trabalhador que insistia em entrar para as instalações portuárias foi violentamente espancado

pelos seus colegas, e as viaturas eram apedrejadas. Em causa está um caderno reivindicativo apresentado há um mês e em que se exige, além do mais, o aumento de cinquenta por cento de salário, melhoria dos transportes e o reforço do complemento alimentar. A direcção havia já concordado no aumento em apenas vinte por cento e conseguiu três autocarros que colocou a funcionar nas linhas mais distantes, situação que não contemplava a maior parte dos mais de três mil trabalhadores portuários.

Privilegiados

A questão dos portuários, sobretudo os estivadores, sempre foi polémica num país que vive da importação. Anteriormente, já se registaram focos de descontentamento sobretudo em relação ao racionamento alimentar dos trabalhadores que não tinham acesso a uma boa parte dos produtos cuja entrada eles próprios testemunhavam. Por força da situação foram-lhes atribuídas algumas regalias de que outros assalariados nas mesmas condições nunca beneficiaram. Este aspecto faz com que os portuários sejam considerados de "privilegiados" em relação aos demais trabalhadores de base, não tendo muita solidariedade deles em casos semelhantes, sobretudo quando as carên-

cias alimentares são maiores e se sabe que ao largo está uma série de navios com alimentos para um plano de emergência que o governo preparou para este período de transição até às eleições.

O porto comercial de Luanda movimenta diariamente mais de duas mil toneladas de carga, perdendo em porte e capacidade apenas para o seu similar do Lobito, onde em tempos também se registaram algumas reivindicações.

A sua força de trabalho é considerada excedentária na ordem dos cinquenta por cento, mas este é um mal de que enferma toda a sociedade angolana, a boa maneira "socialista" de empregar todo o mundo que o Estado-providência se encarrega de pagar depois, enganando a questão do desemprego. É certo que as condições de trabalho são muito duras, uma vez que o serviço de carga e descarga é arcaico, obrigando a enormes esforços físicos dos estivadores.

Ontem, os trabalhadores continuavam amotinados em frente às instalações do porto, dificultando a circulação de viaturas na área muito concorrida dada a proximidade quer de um dos principais hotéis da cidade e de diversos serviços importantes, como companhias de aviação e o próprio ministério do comércio. E não aceitaram negociar se não for directamente com o ministro dos Transportes ou do próprio Presidente da República.

Em Outubro do ano passado os trabalhadores do porto paralisaram por alguns dias reclamando... moedas. Tinham-se passado poucos dias após a troca da moeda decretada pelo governo e os preços nos mercados estavam baixíssimos em função de algumas medidas então adoptadas. Em sítio algum se aceitava as notas, sendo as moedas a ditarem as leis do mercado. Como nos vencimentos dos portuários não haviam sido incluídas moedas, os trabalhadores decidiram paralisar até que lhes fossem trocadas algumas notas em moedas.

Desvalorização

A situação hoje é completamente diferente uma vez que as medidas económicas então lançadas não tiveram o efeito desejado, porque a indústria nacional continua a não produzir e as mercadorias têm de ser importadas.

Numa recente assembleia da Associação Industrial de Angola (AIA) foi decidido propor ao governo uma nova desvalorização da moeda para não estimular as importações e que essas deveriam ser de produtos inacabados por forma a manter a indústria angolana a funcionar, com os acabamentos, já que ela própria vive de matérias-primas importadas pelas dificuldades que o campo tem de abastecer a cidade.

Os industriais e empresários afirmam que o Governo está a seguir uma política eleitoralista ao decidir aumentos salariais sem ter em conta a real capacidade financeira das empresas. Por isso pediram que seja o Governo a sustentar os aumentos nos salários também nas empresas privadas, uma vez que grande parte delas funciona "a meio gás" e não possui rendimentos suficientes para fazer face a tão elevados gastos com a mão-de-obra. ■

TRADIÇÃO bem viva na vida da cidade, que nem a guerra nem o recolher obrigatório conseguiram matar, é a das «farras» — festas com música, dança, comida e bebida (tudo servido em grandes quantidades), organizadas nos quintais, terraços, apartamentos, onde calha.

Na verdade, Luanda sempre gostou muito de farrar, verbo que a cidade conjugou sempre em todos os tempos e de todos os modos. Mesmo no tempo do recolher obrigatório, os farristas aproveitavam a situação, sobretudo nos fins-de-semana: da meia-noite às cinco da manhã era proibido circular nas ruas, mas não era proibido andar na farra.

Foi um período difícil, de qualquer modo. Com a assinatura dos acordos de paz, Luanda retoma os seus hábitos, entre os quais o de farrar até de manhã. A ajudar à festa, regista-se a abertura (reabertura, nalguns casos) de bares e discotecas. E já há muito por onde escolher — desde os «Centros» Kizomba («com a discoteca da casa e o famoso disco-jockey Zé Patrik»), «Mãe Preta» («com os seus artistas de qualidade: Pedrito e Bangão»), e «Camponês» (Orlando Lói em play-back e a discoteca do jovem Jaburú), as discotecas co-

nhecidas como o Animatógrafo, Adão e Marialvas, ou «dancings» como o Tropicália, «qualidade nova que se renova».

São exemplos apenas, e poucos, e nem sequer escolhidos segundo um critério de qualidade. Mas o que está mesmo a dar, nos últimos tempos, é o Pandemónio (Pandemonium, segundo anúncio publicado no «Jornal de Angola»), uma fabulosa discoteca instalada num quintal, no n.º 36 da Rua do Cazuno. Frequentada sobretudo por jovens, é a «grande farra» nos fins-de-semana, «a ousadia da noite», garante o mesmo anúncio, mesmo assim mais discreto do que os anúncios de outras casas bem menos afamadas.

Apesar de tudo, a procura é ainda muito superior à oferta, problema que cada um tenta resolver da maneira mais expedita. Há as farras particulares, já se disse, nos quintais, nos terraços ou nos apartamentos, mas essas são privadas, é preciso conhecer alguém da casa. Mas quem tiver um quintal jeitoso não perde nada em meter-se a empresário nos fins-de-semana: transformar aquele espaço em discoteca nem é muito difícil e pode dar (dá, com certeza) algum lucro, sempre bem-vindo em tempo de crise.

25.8.91 Cm

Antigos polícias de Angola reúnem-se na Margem Sul

Polícias de Angola, sócios do cofre da PSP naquela antiga província ultramarina, vão reunir-se no próximo dia 6, a fim de discutirem assuntos pertinentes relacionados com bens imobiliários e patrimoniais deixados por ocasião da descolonização, assim como de pensões de reforma ou por incapacidade e subsídios de morte.

A reunião é convocada por uma comissão formada por Alexandre da Silva Rabaça, chefe de Esquadra, João Baptista da Silva, comissário e António Teixeira de Carvalho, técnico e investiga-

dor de Polícia, e tem lugar a partir das cinco e meia da tarde na sala privativa do restaurante «Muxito», na Cruz de Pau, Amora.

Segundo Teixeira de Carvalho, que apela à presença maciça de funcionários de Polícia, sócios do cofre da PSP em Angola, ou na sua ausência, por imperativos seus familiares, desde que devidamente credenciados, está previsto um jantar convívio logo a seguir ao debate das questões, devendo para isso todos os interessados fazer inscrição prévia, através do telefone 053 - 28899.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 26 DE AGOSTO DE 1991

Após recente e prolongada visita a Luanda

Amigos da Mulher Angolana satisfeitos com progresso do país

Elementos da Associação dos Amigos da Mulher Angolana (AAMA) efectuaram recentemente uma visita de trabalho a Luanda, e manifestaram-se satisfeitos com o clima de desanuviamento que tem vindo a verificar-se naquela potência africana de expressão cultural portuguesa, «depois de assinados e ratificados os acordos de cessar-fogo» pelos dirigentes das duas facções em confronto.

RESPONSÁVEIS daquela associação, em comunicado agora divulgado, manifestaram, na sequência da visita efectuada a Luanda, «a sua satisfação e alívio por ter desaparecido o espectro da morte que pairava, dia a dia, sobre a população angolana».

Hoje, o país, tendo em conta o funcionamento de algumas das organizações visitadas pelos elementos desta associação, está a dar passos decisivos no que respeita ao seu progresso. É o que se verifica com o centro-base da Organização da Mulher Angolana de Kilamba Kasi.

Neste centro, segundo responsáveis da AAMA, desenvolvem-se actividades de tecelagem, costura, bordados e culinária. Aí se verifica, como constataram pessoalmente, «um aproveitamento exaustivo de todos os recursos materiais existentes, nomeadamente, sacos de rafia, plásticos, ou *matebas*».

A delegação portuguesa, que era chefiada por Aurora Verdades, visitou ainda o centro-base da Organização da Mulher Angolana (OMA) dedicado à prevenção de doenças contagiosas e planeamento familiar. Aí têm

especial relevo, quer a assistência às mulheres grávidas, quer às defensoras de saúde e parteiras tradicionais.

Ponto alto desta visita foi a abertura do X Congresso Extraordinário da Organização da Mulher Angolana. A cerimónia, que decorreu a 28 de Julho, assistiu, em representação do presidente da República Popular de Angola, o primeiro-ministro França Van Dunen.

Tenacidade e coragem

Desde a proclamação do seu manifesto, em 29 de Setembro do ano passado, que a AAMA vem pugnando e apelando à opinião pública nacional e internacional que intervenha para pôr fim à guerra. E fê-lo, registam agora os responsáveis da organização, «com tenacidade e coragem, levantando diversas vezes

bem alto a sua voz».

Salienta, todavia, que quando, em Abril do corrente ano, foram retomados os trabalhos da frustrada sexta ronda nacional, a AAMA tomou posição no sentido de forçar o curso dos acontecimentos e de pôr termo a «tantas rondas inconsequentes e perdas».

Esta Associação considera, agora, que uma vez mais se junta «ao anseio de todas as mães» daquele país, de modo a que «a paz se consolide em todo o território angolano». Importa agora, adianta a organização, que os Angolanos aprendam e saibam viver em fraternidade, solidariedade e unidade.

Registe-se que a AAMA visa, nomeadamente, inteirar-se da situação dos órfãos, viúvas e mutilados de guerra, procurando dar todo o apoio com vista à sua inserção na nova sociedade angolana.

ANGOLA

Luanda em 1991

A cidade dos prodígios

Os anos têm-lhe moldado o corpo e mudado a face. Quem a viu ontem diz que está desfigurada, mas quem a vê hoje não pode prever o que será amanhã esta cidade que já conheceu misérias e grandezas, a violência da guerra e a acalmia da paz, a vergonha da ocupação e a alegria da independência. A sua história é cheia de prodígios e há quem diga que as suas noites são bem melhores do que os seus dias

Afonso Praça

NA FALTA de uma data alternativa, que a comissão para o nomeada ainda não encontrou, Luanda voltou a comemorar o seu dia em 15 de Agosto. A efeméride reportou-se a 15 de Agosto de 1648, dia em que Salvador Correia de Sá e Benevides, à frente de uma armada que largara do Brasil, pôs termo à ocupação de Angola pelos holandeses, devolvendo a colónia à Coroa portuguesa. Quanto à fundação da cidade por Paulo Dias de Novais, sabe-se apenas que foi em 1575: chamada Cidade de S. Paulo da Assunção de Luanda, desenvolveu-se a partir do morro da Fortaleza de S. Miguel, depois de ter estado instalada, por pouco tempo, na Ilha.

Angola tornou-se independente no ano em que a sua capital comemorou quatro séculos. Ninguém estava em tempo de comemorações, toda a gente olhava era para o futuro, mas estava escrito que a uma guerra iria seguir-se outra guerra e que esta seria drástica para a cidade. Dezsais anos depois Luanda procura ressurgir e sarar as feridas do combate. Mas toda a gente sabe que as cicatrizes vão ficar por muitos e muitos anos.

Diálogos na rua

Tinham-me dito: «É ao fundo da Rua Major Kanyangulo, não tem nada que enganar. Mesmo a pé, são aí uns quinze, vinte minutos, a andar devagar, não mais.»

Vou devagar, de início desatento ao caminho, olhos abertos para a cidade destruída. As informações recebidas garantiam que não havia nada que enganar, mas a Rua Major Kanyangulo (eu percebi Canhangulo, mas soube depois que se escrevia Kanyangulo) onde está?

Volto atrás, espreiro transversais, hesitante na certeza de

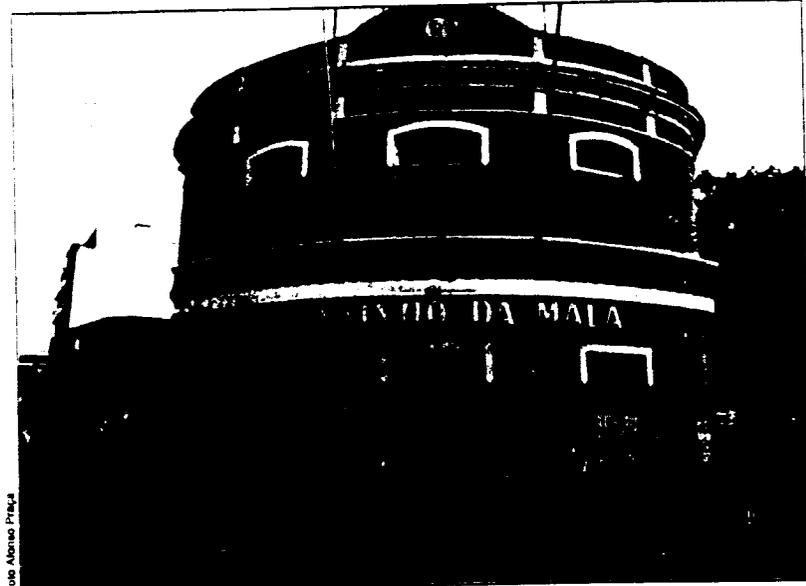
que estava no caminho certo. Até que me decido, finalmente, a perguntar onde é a Rua Major Kanyangulo. O meu informador circunstancial é um mulato alto, simpático e com ar de gozão. Pergunta-me se sou português e se conheço a cidade, e em face de respostas afirmativas, pergunta ainda: «Então sabe onde é a Rua Direita?» É evidente que sei: «A Rua Direita é esta.» «Então esta é agora a Rua Major Kanyangulo?», responde o meu interlocutor.

As transformações de Luanda angriram profundamente a toponímia, mas a vida dos visitantes não ficou facilitada. Muitos dos novos nomes só são utilizados oficialmente, e nem sempre, e em alguns casos não tiveram ainda direito a figurar em placas toponímicas. Por outro lado, há nomes antigos que foram mantidos e, de um modo geral, todos convivem pacificamente com os modernos. Toda a gente sabe, por exemplo, que a Rua Vasco da Gama se chama agora Karl Marx, que a actual Lenine é a Brito Godins e que a Rua Luís de Camões foi rebaptizada Rua da Missão.

Com o multipartidarismo, fala-se já em novas mudanças e é possível que algumas ruas readquiram os nomes antigos. Ninguém acredita, no entanto, que a Rua Che Guevara volte a chamar-se Carmona.

Não é por causa destas mudanças que alguém se perde em Luanda, embora haja, por vezes, confusões. O visitante habituava-se depressa, e no caso de se tratar dum português, o controlo da situação torna-se fácil. Diga-se o que se disser, a História deixou marcas profundas nos dois países, Angola e Portugal.

Penso exactamente nisto quando uma manhã ainda cedo sou abordado na Mutamba por um soldado que me pede



Já foi loja, depois dearam um joão. Aqui funciona o Clube Transmontano de Angola

um cigarro e me confunde com antigo colono, talvez ex-proprietário de prédios em Luanda, talvez ex-fazendeiro no Uíge. Dou-lhe o cigarro e lume, aproveito para meter conversa mas ele adianta-se e pergunta-me se regressarei para «recuperar os bens». Digo-lhe que não, mas ele nem ouve, definitivamente sou dos retornados que estão a retornar. Saboreia o cigarro e atra-me com esta, meio sério meio a brincar: «Vocês fizeram muito neste país, estavam cá bem mas depois não conseguiram controlar os meninos do 25 de Abril.»

E isso. Também em Angola o 25 de Abril continua a ser uma data-referência, para o melhor e para o pior. O melhor, para todos os angolanos, é a independência; o pior é a situação em que o seu país ainda vive, depois de uma guerra fratricida de dezasseis anos, que destruiu a economia, fez florescer a corrupção e semeou a violência. E é de violência que, junto à ex-Casa da Sorte, na Baixa, me fala um preto do Lobito: «É mesmo chate. Vim de Lisboa, fiquei numa pensão e roubaram-me tudo, roupa, sapatos, dinheiro, até uma máquina de escrever americana, tudo.»

Não pede nada, apenas se quer lamentar. Fico com a impressão de que, quando passou por mim, ele vinha a falar sozinho, foi só para desabafar.

Atenção ao trânsito

Não se conclua, contudo, que é perigoso viver em Luan-

da. A grande violência está nas condições de vida, mas é um facto que, em face da onda crescente de assaltos, a segurança da maior parte das viúndas e das casas/lojas do rés-do-chão foi reforçada com grades de ferro, quase sempre inestéticas.

De qualquer modo, a vida na cidade (Baixa, Maianga, Ingombotas, Cidade Alta, Alvalade e Miramar, por exemplo) processa-se normalmente, dentro dos condicionais existentes, mas torna-se muito perigoso ir para os «mucueques», sobretudo à noite.

Nestes anos de guerra, a população da cidade aumentou muito, com milhares e milhares de pessoas que vieram do interior. Fala-se em mais de dois milhões de habitantes, numa concentração de rebentos naturalmente com todas as infra-estruturas — sistema de saúde, redes de abastecimento de água e fornecimento de energia, esgotos, comunicações. A situação tornou-se ainda mais complicada com a destruição dos sistemas de abastecimento de bens essenciais, nomeadamente alimentares, a ponto de cerca de 80 por cento dos habitantes dependerem do «mercado paralelo».

Não se estranha, pois, que o trânsito em Luanda, sendo uma confusão nas horas de ponta, seja sempre uma aventura. Para além dos buracos que existem na maior parte das ruas, os condutores devem ter em conta a inexistência de regras. Talvez melhor: as regras existem, como em toda a parte (priori-

dade à direita, ultrapassar pela esquerda, etc.), mas é difícil cumpri-las, até porque, em muitos casos, os sinais desapareceram e os semáforos estão avariados ou não sabem lá há quanto tempo. Em resumo: é preciso conhecer bem a cidade e também a tradição.

Explicando o melhor: vai o leitor tranquilamente por uma rua, não vê sinal nenhum e volta à direita, por exemplo. Na sua perspectiva, a manobra até pode estar correcta, mas corre o risco de ser abordado por um polícia a dizer-lhe que é proibido. «Proibido? Mas não tem nenhum sinal» — argumentará o leitor, e com razão. Se quiser, argumente outra vez, mas não adianta nada e ouvirá sempre a mesma resposta: «Não tem sinal, mas já teve.» Ou então: «Não tem sinal, mas é da tradição.»

Afinal, a tradição tem muita força, em Luanda ou noutra cidade qualquer.

Retornar mas devagar

Cidade de prodígios sempre foi, e que o digam quantos lá viveram ou por lá passaram. Está diferente, hoje, batida pelos ventos da guerra e do abandono, mas ainda assim capaz de atrair o olhar de muita gente, que no medo de 1975 apanhou o primeiro avião que pôde.

Pouco depois dos acordos de paz, com as privatizações na ordem do dia, começou a falar-se no regresso de muitos antigos colonos. Em Angola, e sobretudo em Portugal, chegou a esboçar-se o início de

uma certa euforia. A situação, contudo, não é propícia a deitar muitos foguetes.

Além do mais, tanto o governo como a oposição, nomeadamente a UNITA, põem muitas reticências ao regresso puro e simples do retornado típico — pequenos fazendeiros e pequenos comerciantes que, de um modo geral, exerciam a sua actividade sobretudo no mato ou nos bairros periféricos da capital. A sua simpatia vai para a cooperação ao nível das empresas, sozinhas ou associadas. E as empresas começaram já a aparecer, algumas tendo como primeiro objectivo a recuperação de bens que foram nacionalizados ou confiscados.

As regras agora são outras e estão definidas, e ninguém estranhe que as empresas que nunca saíram de Angola, e por isso, também foram vítimas da situação, consigam impor-se mais facilmente. Sector privilegiado para as firmas portuguesas é o da construção civil — os grandes nomes (Teixeira Duarte, Soares da Costa, Construções Técnicas, Tetra, Mota & Companhia e outras) estão instaladas em Luanda e noutras cidades do interior. Também o sector da comercialização de bens essenciais, nomeadamente alimentares, é importantíssimo nesta fase, e nele já estão implantadas firmas portuguesas como o Pão de Açúcar e a SPE (Sociedade Portuguesa de Empreendimentos), que detêm ainda a concessão de uma área de exploração de diamantes na Luanda.

Há regras e leis, como se disse. Mas também há traqueas. Um deles é a constituição de empresas de capital luso-angolano, mas para isso é preciso conhecer bem o terreno, o que não parece difícil para os empresários portugueses. Mais difícil, sem dúvida, é arranjar meios para o investimento, que em Angola não existem.

De um modo geral, todos dizem que há muito a fazer, em todos os sectores, para reconstruir Angola. Mas para já, o caminho está mais facilitado para os empresários que dispõem de meios de investimentos e para os quadros técnicos, médios e superiores.

Para além de tudo isto, uma incógnita se perfila no horizonte, a que só as eleições de Setembro do próximo ano poderão dar resposta. Só que até lá a vida não pode parar, mormente numa cidade que, durante dezasseis anos, se habituou a ouvir palavras de morte.

Vida de monandengue

Crianças, a tragédia

São os monandengues. A cidade está cheia deles, à solta

MAIS de dois milhões de habitantes, já se disse. Quase um milhão e meio a mais do que em 1975. Vieram do Uíge, do Kwanza Norte, do Kwanza Sul, do Huambo, mesmo de mais longe, a fugir à guerra, e todos os meios de transporte serviram, mas muitos tiveram que vir a pé durante longos meses. A grande cidade surgia no sonho de todos como o único lugar seguro, mas de repente se viu que a cidade não tinha nada para oferecer, nem habitação, nem comida, nem saúde, nem segurança.

No meio do caos, cada um procurou desenrascar-se como pôde: ocupou um escritório abandonado na Baixa ou construiu uma barraca no muceque; estudou ao pormenor os caminhos da candonga; organizou-se, com base nos laços familiares ou étnicos, em muitos casos apenas por necessidade de sobrevivência, emurrado pela força instintiva da união que faz a força.

Depois dos acordos de paz, começou a falar-se em arrumar a cidade, mas é problemático o regresso de muitos milhares de pessoas às suas terras de origem, e ninguém sabe a volta a dar ao caos urbanístico, sobretudo nos muceques antigos e nos bairros que surgiram depois de 1975. O governo estuda o problema e conta com ajudas internacionais, mas vai ser muito difícil.

No meio de tudo isto, quem mais sofre são as crianças. A ONU coloca Angola entre os

países do mundo com a mais elevada taxa de mortalidade infantil. As estatísticas não são totalmente de fiar, mas diz-se que morrem no país, por dia, cerca de 370 crianças dos 0 aos 5 anos. Por outro lado, estima-se que só em Luanda mais de 10 mil crianças em idade escolar nunca frequentaram a escola. Vivem em grupos nas ruas da cidade e tentam sobreviver lançando a mão de pequenos negócios, aceitando biscates insignificantes ou pura e simplesmente roubando.

A verdade é que a sua actividade mais visível é o negócio, um pouco por toda a cidade. E vendem o que podem, ou seja, o que lhes vai parar à mão: jornais, tabaco, chicletes, bolos, bananas, laranjas, cerveja, coca-cola, laranjadas, rebuçados, amendoins, bolachas — tudo. Sabem adaptar-se às situações e procuram conhecer bem a clientela. Por exemplo: podem pedir 6 500 kwanzas por um volume de SG Gigante, para o largar por 5 mil, mas também optar por vender o mesmo volume maço a maço, o que renderá 10 mil kwanzas. Mas neste negócio de rua é possível encontrar de tudo, até quem venda um maço cigarro a cigarro.

Logo de manhã, o negócio é a venda de «Jornal de Angola» — 100 kwanzas no mínimo. O seu preço de capa é de 50, o próprio jornal publica quase diariamente um anúncio apelando aos seus leitores para que não colaborem com a candonga, comprando o

exemplar por 50 kwanzas. Impossível. Logo ali, à porta da «casa da venda», mesmo em frente do «Jornal de Angola», o seu preço já é de 100, subindo para 150 ou 200 nos bairros suburbanos.

Outro caso exemplar é o do semanário «Expresso». Comercializado pelo «Jornal de Angola», o seu preço de venda ao público é 750 kwanzas. Mentira, já se vê. Ninguém compra o «Expresso» por menos de 1500, mas o preço pode ir até aos 3000 ou mais. E convém verificar se tem a «Revista» e o «Cartaz», porque há vendedores que, perante tanta fartura de papel, vendem os cadernos separadamente, aumentando o rendimento. E há quem compre?, perguntar-se-á. É evidente que sim. E o facto não deve ser motivo nem de recriminação nem de espanto. Afinal, Luanda é uma cidade de prodígios.

PÚBLICO

TERÇA-FEIRA, 20 AGOSTO 1991

Luanda recupera comboios

O CAMINHO de Ferro de Luanda (CFL) deverá fechar um ramal que nunca deixou de funcionar durante a guerra e repor, dentro de uma semana, comboios de mercadorias até Ndalatando (ex-Salazar), a meio caminho de Malange. Os CFL fizeram recentemente o primeiro recurso ao crédito bancário para enfrentar as despesas da empresa, com o pedido de 20 milhões de kwanzas (cerca de meio milhão de contos, ao câmbio oficial). Os CFL têm actualmente uma "receita baixíssima", rondando o meio milhão de kwanzas diários (1 300 contos). Com a paz, as receitas da empresa acabaram por se reduzirem ainda mais devido ao crescimento dos "cadongueiros", sistema informal de transporte rodoviário, que apresentam inúmeros e variados horários e percursos. ■

Portugueses à frente na “Nova Cimangola”

“Lobby” norueguês pressiona Luanda

● Secil, Cimpor e BFE querem investir 7 milhões

O CONSÓRCIO português constituído por Secil, Cimpor e Banco de Fomento e Exterior (BFE) não tem ainda conhecimento de qualquer decisão oficial do Governo angolano sobre o concurso para a aquisição de 49 por cento do capital da Cimangola, oito meses após ter conseguido saber que era o consórcio melhor classificado.

Segundo fontes ligadas ao processo, «a proposta portuguesa poderia ser preterida por motivos políticos, designadamente no sentido de penalizar futuros investimentos portugueses em Angola, por estes estarem a ser relativamente numerosos». De acordo com as referidas fontes, as opções das autorida-

des daquele país africano poderiam, assim, recair no único consórcio concorrente ao da Secil/Cimpor/BFE, liderado pelos noruegueses da multinacional cimenteira Scancem. O representante diplomático da Noruega em Luanda tem mesmo declarado a vários jornais do seu país que a vitória da proposta da Scancem está assegurada pelo Governo de Angola.

A Cimangola é a empresa pública actualmente responsável por todo o cimento que se produz em Angola e resultou da nacionalização, após a independência, da Secil do Ultramar, de que a Secil era o accionista mais importante. Em meados de 1990, o Governo de Angola abriu um concurso in-

ternacional para a abertura de 49 por cento do capital de uma sociedade anónima de capitais mistos, designada Nova Cimangola, formada a partir dos activos da Cimangola.

Desse concurso excluiu-se qualquer referência à ampliação da capacidade produtiva da fábrica existente (a instalação do chamado Forno IV), considerada necessária pelas autoridades angolanas. Essa expansão, que só na primeira fase está avaliada em cerca de 50 milhões de dólares (mais de sete milhões de contos), deveria ser feita após a escolha do novo «partner» na empresa, uma vez que as decisões quanto à tecnologia, financiamento e comercialização deveriam ser tomadas com a contribui-

ção de um accionista tecnicamente qualificado para o efeito.

O próprio Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), envolvido no financiamento do futuro projecto, não foi estranho a esta opção das autoridades angolanas.

Na data-limite para a apresentação das propostas ao concurso, no início de Setembro de 1990, apareceram apenas os consórcios português e norueguês.

Segundo as fontes já citadas, «logo na abertura das propostas ficou claro que a da Scancem não obedecia a requisitos fundamentais do caderno de encargos, e que a sua não eliminação liminar

(Continua na última página)

(Continuação da 1.ª página)
se ficou a dever exclusivamente ao desejo compreensível do Governo de Angola em manter a concorrência na fase das negociações».

Basicamente, o caderno de encargos não era respeitado por três razões: o capital próprio oferecido pela Scancem era uma pequena parcela do mínimo exigido de cerca de 25 milhões de dólares; a cimenteira norueguesa não representava a maioria no respectivo consórcio; e a proposta era omissa na maioria dos requisitos exigidos para a apresentação de soluções técnicas, organizacionais, de formação, etc.

Os noruegueses propun-

ham mesmo uma «habilitação»: fazer parte substancial da realização do capital com os lucros futuros da Nova Cimangola.

Recorde-se que o consórcio português tinha sido chamado a Luanda para lhe ser comunicado o conteúdo da decisão das autoridades locais relativa ao concurso no dia 27 de Novembro de 1990. Mas, apesar disso, não obteve qualquer resposta, tendo embora sabido na altura que a comissão de avaliação das propostas tinha votado favoravelmente a proposta portuguesa, sem votos contra. Ao mesmo tempo, um parecer de um técnico das Nações Unidas ia no mesmo sentido.

Portugal tranquilo com paz em Angola

O REPRESENTANTE de Portugal na Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM) que fiscaliza a aplicação dos acordos de paz estabelecidos para Angola, embaixador António Monteiro, disse ontem que "não há qualquer problema de maior".

Segundo ele, existem apenas "alguns atrasos próprios de um processo complexo", o que contrasta com o tom pessimista que dirigentes da UNITA têm apresentado nos últimos dias, quanto ao evoluir do processo de paz.

Face às acusações de que o Governo não está a cumprir os acordos a que em Maio se chegou em Portugal, as autoridades afirmam que o movimento de Jonas Savimbi está desorientado e que alguns dos seus dirigentes têm opinião diferente da de outros.

No fim da reunião de terça-feira da CCPM, um delegado da UNITA em Luanda, Salupeto Pena, considerou positivo o trabalho de dois meses que as várias equipas têm vindo a desenvolver, atribuindo os atrasos a problemas conjunturais, ligados sobretudo a questões logísticas e à desconfiança própria de quem ainda há pouco se digladiava mortalmente. Mas, dias depois, outro representante do mesmo movimento, Abel Chivukuvuku, acusava o Governo angolano de não estar disposto a cumprir os prazos e de tudo tentar para adiar as eleições previstas para o próximo ano.

As autoridades declaram que os atrasos são involuntários e próprios do processo. Afirmam até que o calendário eleitoral já começou a ser discu-

tido, mas que, depois, o processo teve de ser interrompido para dar lugar à questão da libertação dos presos.

"Como se pode avançar com a calendarização do processo eleitoral se os presos continuam na ordem do dia, sem que haja uma justificação para tal?" — pergunta André Passy, porta-voz da delegação do Governo na CCPM.

Série de recriminações

Aquela delegação diz ser curioso que a UNITA nem sempre coloque os problemas nas reuniões próprias e que depois venha fazer declarações públicas sobre questões que não apresenta nos encontros regulares das diferentes subcomissões.

Quanto ao movimento liderado por Savimbi, acusa a antiga polícia política de estar a aumentar as suas actividades de intimidação e os maus tratos às populações do centro do país, enquanto os militares continuam a cavar trincheiras e a estabelecer sistemas defensivos à volta das cidades.

Queixa-se também a UNITA de o Governo ter faltado a um encontro dos altos comandos dos dois exércitos, previsto para os últimos dias no Huambo. E o visado responde que, efectivamente, estava marcado um encontro entre os estados-maiores, mas que não tinha data nem local definidos, por desacordo entre as duas partes.

As Forças Armadas governamentais propuseram que a reunião se realizasse na Jamba,

uma vez que a anterior fora em Luanda, mas a UNITA disse não ser isso possível, por indisponibilidade técnica da pista do seu quartel-general, que estava a ser reparada. Os militares do Governo ainda sugeriram aterrar em Likua e seguir depois de helicóptero, mas essa proposta não obteve resposta.

Quanto ao acantonamento das tropas, também causa polémica, dado que a UNITA afirma estar a cumprir integralmente o programa e que a outra parte nada faz nesse sentido.

Para ontem estava marcada nova troca de prisioneiros, respectivamente no Huambo e na Jamba, mas, até ao fim da tarde, ainda não havia confirmação de que tudo houvesse decorrido sem incidentes. ■

Vitor Silva, em Luanda

PAZ EM ANGOLA SEM ALTERAÇÕES — Vladimir Pethukov, o representante da URSS na Comissão Conjunta Político-Militar, garantiu ontem em Luanda que os novos dirigentes soviéticos não vão alterar a política da URSS no que diz respeito ao processo de paz em Angola. "A nossa missão aqui é fazer respeitar os acordos de paz", declarou Pethukov ao "Jornal de Angola".

PEDIDA MEDIAÇÃO NACIONAL

FLEC(R) EXIGE REFERENDO EM CABINDA

A Frente de Libertação do Enclave de Cabinda – Renovada (FLEC (R)) exigiu, em Lisboa, a realização de um referendo de autodeterminação, «sob os auspícios da Organização de Unidade Africana (OUA) e das Nações Unidas», para que o povo cabindês se pronuncie livremente sobre o seu futuro político.

Em conferência de imprensa, a FLEC(R) reafirmou a sua convicção de que Cabinda «não é parte integrante de Angola», pelo que o povo cabindês «tem de igual modo o direito a autodeterminação e à independência».

Sublinhando que o seu movimento é independentista desde a fundação, o presidente da FLEC(R), José Tibúrcio Zingaluemba, admitiu, no entanto, que «se houver boa-fé por parte dos responsáveis angolanos» é possível dialogar e autonomia do território.

Segundo Tibúrcio Zingaluemba, a FLEC tem mantido contactos informais com o governo angolano e com a UNITA, mas espera a intervenção das autoridades portuguesas, que ajudaram a UNITA e o MPLA a «darem um passo para a paz». No seu entender, essa é uma responsabilidade de Portugal, país que melhor conhece a história de Angola e de Cabinda.

Quanto às «duas alas» da FLEC – a FLEC(R) e a FLEC-FAC de Henriques Tiago –, Zingaluemba afirmou que, no encontro realizado a 18 de Junho no interior de Cabinda, se comprometeram a uma «unificação urgente» das suas direcções políticas e militares.

Referindo que até ao momento não houve a assinatura de nenhum cessar-fogo entre o movimento e as autoridades angolanas, a FLEC(R) reserva-se «o direito de recorrer a todos os meios de luta possíveis» para conseguir a autodeterminação.

Numa comunicação lida aos jornalistas, o adjunto do secretário para a Informação, Pedro Mazunga, denunciou a «miséria e a desolação que flagelam constantemente as populações de Cabinda» e que obrigaram a uma «emigração maciça» para os países limítrofes.

Segundo Mazunga, esses «refugiados apátridas» fogem dos «massacres silenciosos, desumanos e odiosos», um «quadro sombrio» que parece «não comover» a comunidade internacional.

Referindo razões históricas e geográficas – nomeadamente o facto de Cabinda não fazer fronteira com Angola, ter sido protectorado português, pelo Tratado de Simulambuco, com governador plenipotenciário de 1885 a 1956, ter sido consagrada como «Congo Português» pela Conferência de Berlim de 1885 e reconhecida por Portugal em 1974 como «único representante das aspirações de Cabinda» – a FLEC compara a situação do território com a de Cabo Verde, que se separou da Guiné-Bissau apesar do PAIGC ter lutado pela «causa conjunta».

Mazunga afirmou ainda que a FLEC(R) «não aceita uma segunda colonização», resultante dos «apetites expansionistas e hegemónicos de Angola» que pretende explorar as riquezas do subsolo de Cabinda, um pequeno território de 7.300 quilómetros quadrados e aproximadamente meio milhão de habitantes.

Na conferência de imprensa estiveram ainda presentes o secretário-geral da organização, António Bento Bembe, e o chefe do Estado-Maior, Francisco Rodrigues.

Comércio da Manhã - 26/08/91

UNITA e Luanda libertam 100 presos

Estava prevista para ontem a libertação de pelo menos cem prisioneiros de guerra, na Jamba e na província central do Huambo, em Angola, sendo aplicado pela primeira vez o princípio de re-audição dos seus desejos sobre escolha de destino.

A União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) libertaria pelo menos 52 prisioneiros no seu quartel-general no Cuan-do Cubango, estando pendentes ainda mais 30 casos a que será aplicado o princípio de re-audição acerca do destino que pretendem seguir.

O Governo, por seu turno, libertaria os 48 presos em seu poder na cadeia do Huambo, mas não excluiria a hipótese de alargar o número de presos a libertar, em função do princípio da simultaneidade e reciprocidade das libertações.

O anúncio sobre estas libertações foi feito ao princípio da noite de sexta-feira, no termo da reunião da Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM) para o cessar-fogo em Angola, que debateu ainda o processo de acantonamento de tropas e dos encargos a suportar no âmbito do orçamento da CCPM. Esteve em debate o pagamento da manutenção em Luanda da delegação da UNITA e o número de personalidades a abranger nesse orçamento.

Ao princípio da noite de ontem não havia ainda qualquer informação sobre a libertação de presos, quer por parte da UNITA, quer por Luanda.

Mantém-se entretanto a greve no porto de Luanda, a qual está a causar um prejuízo diário de cerca de 2.500 contos, causados pela estadia de três navios cujas cargas e descargas paralisaram.

Soube-se, por outro lado, que os Caminhos de Ferro de Luanda têm já três comboios a caminho de Malange para a reposição em funcionamento daquela linha, no próximo dia 28.

Segundo informação prestada pelos Caminhos de Ferro, estão a caminho de Malange 1.418 toneladas de material, em nove vagões de carga diversa, além de 15 cisternas de combustível.

Cerca de cinquenta prisioneiros de guerra foram libertados este fim-de-semana na Jamba, dando assim prosseguimento ao problemático processo de libertação de todos os detidos durante o conflito armado. Conforme ficou estipulado entre as duas partes, este processo deveria ter ficado concluído no final do mês passado.

Por REGINALDO
SILVA

Correspondente
em Luanda

É exactamente a polémica em torno da libertação dos prisioneiros de guerra que é apontada como um dos grandes obstáculos à discussão de outras questões políticas, com destaque para a calendarização do processo eleitoral, numa altura em que quer o Governo quer a UNITA já apresentaram as suas respectivas propostas.

Para o número dois da UNITA junto da Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM), Abel Chivukuvuku, em declarações prestadas à imprensa portuguesa e angolana nos últimos dias, o Governo tem estado a falhar no cumprimento dos acordos, nomeadamente no que toca ao acantonamento das suas forças militares.

Chivukuvuku, que adiantou uma série de aspectos pontuais, que ilustram, em seu entender, o pouco interesse do Governo em implementar as cláusulas dos acordos de paz, considerou que a actual composição da delegação do Governo, na CCPM, cuja ausência de Lopo do Nascimento tem sido notória, não tem mandato nem capacidade para tomar

determinadas decisões.

Abel Chivukuvuku afirmou que a sua apreciação não contraria as anteriores declarações do chefe da delegação da UNITA na CCPM, o engenheiro Salupeto Pena, que na passada terça-feira, na final da 9.ª reunião ordinária da Comissão, considerou positivo o trabalho dos últimos dois meses da estrutura responsável pela aplicação dos acordos de paz.

O porta-voz da UNITA, que deu o dito por não dito, salientou que o seu movimento não está a acusar o Governo de violação dos acordos e «que não existem dificuldades que possam romper o processo, mas apenas preocupações, incumprimentos de certos pressupostos dos acordos que, a não serem resolvidos agora, poderão resultar em dificuldades maiores».

O Governo angolano, através do seu porta-voz na CCPM, André Passy, já reagiu aos comentários do responsável da UNITA, tendo, de uma forma geral, desmentido todas as acusações que lhe foram dirigidas quanto à implementação dos acordos de paz. Por exemplo, no que toca ao acantonamento, André Passy disse que das 27 áreas de localização do Governo, a ONU já se desdobrou em 22, enquanto que nas 23 da UNITA, as Nações Unidas apenas se desdobram em quatro áreas.

Em relação à composição da actual delegação do Governo na CCPM, que é chefiada por Dino Matrosse, André Passy disse que ela é da exclusiva competência do Governo, e que o facto de um ou outro membro não comparecer a determinada reunião não significa de forma alguma que haja uma diminuição de autoridade.

André Passy contrapôs, questionando igualmente o poder de decisão da delegação da UNITA, citando, a propósito, um recente episódio com a libertação dos presos, quando, após se ter discutido o princípio da reaudição dos prisioneiros do Governo que se encontram na Jamba, tudo ficou em águas de bacalhau, pois um alto responsável da UNITA, o general Nzau Puna, não concordou que se procedesse em conformidade com o que tinha ficado decidido em Luanda pelas duas partes.

De notar que o chefe da delegação portuguesa, o embaixador António Monteiro, tem procurado desdramatizar, na medida do possível, o ambiente entre o Governo e a UNITA, quando se verificam as subidas de temperatura no seu relacionamento, como é o caso agora, na sequência das declarações de Abel Chivukuvuku.

Para António Monteiro tudo está bem com os compreensíveis atrasos de um processo tão complexo como é o angolano e, «até ao momento, nenhuma das partes manifestou qualquer tipo de preocupações junto das estruturas competentes da CCPM relacionadas com alegados incumprimentos dos acordos».

Legalização

VÃO SER ENTREGUES de imediato ao Serviço de Estrangeiros os processos respeitantes a mais de duas centenas de imigrantes de Cabo Verde, com vista à respectiva legalização. Trata-se de uma tarefa que Eugénio Inocêncio erigiu a prioridade no âmbito das actividades da embaixada. Na verdade, não se poderia eternizar um drama de milhares de pessoas.

Festival de música em Cabo Verde

SÃO TRÊS dias de sol, música e mar... É o maior festival de música ao ar livre de Cabo Verde, apesar das dificuldades. O Festival da Baía das Gatas de São Vicente vai já na sua oitava edição e há muito se tornou uma referência no calendário cabo-verdiano. Este ano a animação decorre sob o lema de "Música, Cultura e Sodade".

PÚBLICO

SEXTA-FEIRA, 23 AGOSTO 1991

O festival começa no fim da tarde de hoje (sexta-feira) e a animação arrasta-se até o raiar do novo dia para ser retomada na tarde de amanhã. A semelhança dos anos anteriores, a música está a cargo de vários artistas e agrupamentos cabo-verdianos e estrangeiros.

Portugal, que faz parte da lista de países presentes habitualmente, está representado este ano pelo grupo Bla-Bla Magazine, uma vez que os Sétima Legião, ao contrário do inicialmente previsto, não se puderam deslocar. Nomes como Heróis do Mar e Sérgio Godinho já passaram pelo palco da Baía das Gatas, tendo deixado alguma saudade.

Ainda do estrangeiro, este ano, estarão presentes os Gazoline (Martinica), os Tabanka Jazz (Guiné-Bissau) e os Livity, formado por músicos cabo-verdianos residentes na Holanda. Do programa constam igualmente os Finaçon, os Bulimundo, para além de vários outros grupos e artistas nacionais.

Criado em 1984, por um grupo de músicos da cidade do Mindelo, o festival conseguiu superar o seu carácter local. Além de atrair pessoas dos mais diversos lugares e categorias sociais, o exemplo da Baía das Gatas frutificou e hoje existem vários outros festivais do género em Cabo Verde.

Depois do Carnaval, o Festival da Baía das Gatas é tido como a mais importante festa popular de São Vicente. Mais uma vez tudo parece indicar que a praia da Baía das Gatas — local onde se realiza o festival — será pequena para conter os vários milhares de espectadores que para lá se deslocam. A cidade do Mindelo por esta altura ganha um novo ritmo. Com todos a pensar nas três noites de folia "curados" com banho de mar.

Apesar de tamanho sucesso, o festival enfrenta dificuldades de todo o tipo. Elas não são recentes e já chegaram a por em causa a sua continuidade. No início, a organização do evento corria por conta dos seus promotores. Nos dois últimos anos, face à carência de meios, tem sido a Câmara Municipal de São Vicente a arcar com a maior parte dos encargos.

Além disso, esta é uma forma, no fundo, de ajudar a manter viva a animação cultural do Mindelo — cidade que já serviu de berço a várias iniciativas culturais cabo-verdianas. É também uma forma de se juntar o útil ao agradável: está-se em pleno Verão cabo-verdiano e a praia da Baía das Gatas é a mais procurada de São Vicente. ■

José Vicente Lopes,

PÚBLICO

SEXTA-FEIRA, 23 AGOSTO 1991

Guiné Bissau

Clivagens no PAIGC animam vida política

AO ALTERAR a Lei Quadro dos Partidos, diminuindo em 50 por cento o número de apoiantes necessários para a criação de uma formação política (de dois mil para mil), a Assembleia Nacional Popular guineense (parlamento) resolveu apenas uma questão pontual, entre os vários problemas que enfermam o processo de democratização na Guiné-Bissau.

As expectativas levantadas com a convocação da Assembleia foram goradas quando se soube que o seu único objectivo era alterar a Lei dos Partidos. Continuam porém por aprovar um conjunto de leis sem as quais é impensável o exercício da democracia, sobretudo quando o partido no poder — embora tivesse oficialmente renunciado ao estatuto de “força dirigente da sociedade” — continua a ser de facto, ideologicamente e na prática, o Partido-Estado de sempre que concebe, legisla, julga e pune os “infratores”.

A Lei de Imprensa, a da Greve e a da Nacionalidade, a regulamentação do uso e acesso aos órgãos de informação, já feitas, continuam inexplicavelmente a aguardar aprovação.

É público, por exemplo, que a Lei de Imprensa, elaborada com o apoio técnico de especialistas portugueses da direcção-geral da Comunicação Social, está na prateleira há um ano. Por isso, os órgãos de informação só fazem cobertura às actividades do PAIGC

e mesmo assim foram acusados pelo Comité Central de falta de rigor e objectividade.

O PAIGC, sacudido por fortes contradições internas, dá mesmo assim indícios de um novo despertar. Após o aparecimento do movimento de militantes que produziu a “Carta dos 121”, em que se critica frontalmente a direcção do partido de falta de transparência e bloqueio à transição democrática, a vida política guineense ensaia um novo “elán”.

Para já o diálogo parece ter sido retomado nas fileiras do partido. O Comité Central que só se tinha reunido uma vez desde o Congresso, em Fevereiro, foi convocado três vezes nos últimos três meses. O secretariado passou a reunir com regularidade e as comissões para a preparação do IV Congresso reactivadas e alargadas a representantes dos 121.

O “bureau” político reuniu-se com os subscritores da “Carta 121”, ouviu as suas críticas e ficaram promessas no ar. O próximo Congresso a ter lugar em Novembro, em Bissau, representa de facto a esperança da maioria dos militantes do PAIGC. Mas nem todos pensam assim.

Os homens da “Carta”, que representam o alargamento da ala democrática aos desiludidos do Partido de “Nino” Vieira, lutam pela mudança do discurso político orientando-o para o confronto de ideias e o abandono às

intervenções contrárias ao espírito de diálogo. Exigem a separação nítida do Partido do Estado e defendem que a filiação partidária não pode constituir causa para discriminação ou despedimento da função pública.

Estas ideias contrastam com as posições da “linha dura” que optou pela manutenção do “status quo”, mantendo na segurança de Estado os seus homens para garantir o controlo do país. As forças da segurança nunca foram tão partidárias quanto agora. Talvez por isso exista um certo receio, aliás já manifestado por várias sensibilidades do tecido político guineense que julgam estar os ortodoxos a “montar um esquema” que lhes permite pressionar “Nino”, e endurecer ainda mais o regime.

Surge aqui, e mais uma vez, um elemento importante. Qual será o papel que “Nino” Vieira reserva para si? Terá ele ainda forças para se distanciar dos duros que a ele se colaram desde o II Congresso Extraordinário? Poderá “Nino” materializar na prática as suas afirmações de que o “pluripartidarismo é o sistema acabado da democracia” ou “a democratização é irreversível”? Só o tempo poderá responder. Uma coisa é certa: nem a oposição, nem o “Movimento da Carta dos 121”, parecem querer perder tempo. ■

António Soares Lopes,
em Bissau

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 25 DE AGOSTO DE 1991

No quadro da visita privada do Presidente da Guiné-Bissau

Cavaco recebe Nino Vieira com cooperação e URSS na agenda

O PRESIDENTE da Guiné-Bissau, João Bernardo Nino Vieira, que se encontra em visita particular a Portugal, deverá reunir-se com o primeiro-ministro Cavaco Silva, no início da próxima semana.

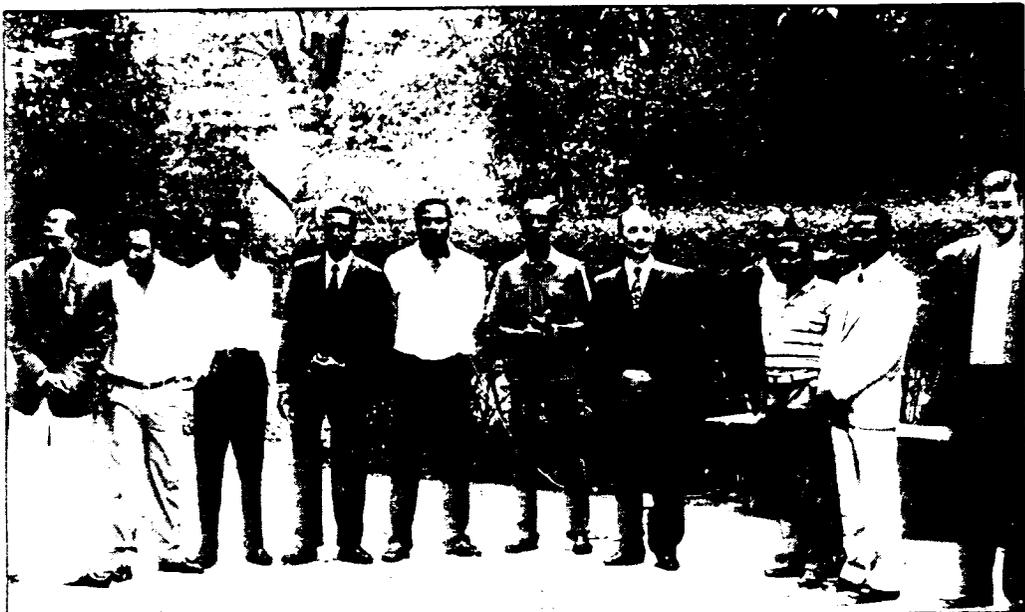
O encontro não está ainda agendado, mas Nino Vieira já manifestou a intenção de trocar algumas impressões com o chefe do Governo português sobre os recentes acontecimentos na União Soviética e das eleições que vão decorrer na Guiné-Bissau no primeiro semestre de 1992.

Nino Vieira, que se encontra desde quarta-feira na região do Porto, reuniu-se com a administração da Petrogal, empresa que está já a operar na Guiné-Bissau, associada a um empresário local.

Consulado em Coimbra

O presidente guineense aproveitou também esta estada particular no Norte do País para contactar alguns empresários com ligações à Guiné-Bissau.

Durante o fim-de-semana,



Delegados angolanos visitam durante uma semana, em Portugal, entidades ligadas à juventude

Nino Vieira e a família visitam a região de Guimarães e Coimbra.

A Guiné-Bissau abriu, aliás, ontem, um Consulado Honorário em Coimbra, no decorrer de uma cerimónia a

que assistiu Nino Vieira.

Aquêle Consulado será dirigido por Carlos Beja, de nacionalidade portuguesa e administrador de uma empresa ligada ao ramo de hotelaria, com negócios na Repu-

blica da Guiné-Bissau.

Dez delegados provinciais angolanos estão, entretanto, em Portugal, para uma visita de trabalho que se destina a contactar *in loco* com a política portuguesa de Juventude.

PARA ATRAIR INVESTIMENTOS

CONSULADO DA GUINÉ ABRE EM COIMBRA

A sensibilização dos empresários da Região Centro para as possibilidades de investimento na Guiné-Bissau constitui um dos principais objectivos da instalação do consulado honorário daquele país em Coimbra.

A afirmação foi preferida por Carlos Beja, que recebeu, em Coimbra, as credenciais de cônsul honorário de Bissau para a Região Centro.

Carlos Beja formulou o propósito de «canalizar investimento e de transferir tecnologia e formação profissional» para aquele Estado africano.

O diplomata, que é administrador de uma empresa do ramo de hotelaria com negócios na Guiné-Bissau, considerou que os

empresários portugueses «têm um papel importante» a desempenhar no lançamento da economia daquele país.

O novo cônsul manifestou a intenção de contribuir também para a «integração» dos estudantes e trabalhadores guineenses na Região Centro e na sociedade portuguesa.

«Temos que ser intérpretes e fiéis depositários dum espaço de fraterna solidariedade entre a comunidade que tem, no mundo lusiada, as suas profundas raízes», sublinhou.

O governador Civil de Coimbra, Jaime Ramos, prometeu o seu apoio aos guineenses residentes do distrito, «no sentido de facilitar a sua integração».

«Nino» Vieira — que

esteve presente — salientou, em poucas palavras, a importância do apoio de Portugal «na conservação da Língua Lusa na Guiné-Bissau», país que se encontra entre dois grandes Estados de expressão francófona.

As alterações efectuadas à lei quadro dos partidos políticos da Guiné-Bissau vão facilitar a inscrição de novas forças políticas, declarou o presidente da República da Guiné-Bissau.

«Nino» Vieira admitiu o aparecimento de novos partidos na Guiné-Bissau como consequência das alterações produzidas na lei.

Alguns artigos da lei quadro dos partidos políticos foram alterados

na sessão extraordinária, que decorreu recentemente, da Assembleia Nacional Popular (Parlamento) da Guiné-Bissau.

O novo texto diminuiu para metade o número de assinaturas necessárias para inscrição legal das forças políticas.

O presidente do Supremo Tribunal de Justiça (STJ) da Guiné-Bissau, João Augirema Cruz Pinto, considerou «bastante moderada» a nova lei. Disse, no entanto, que a manutenção da exigência de apresentação de bilhetes de identidade pode ser um problema tendo em conta o elevado número de analfabetos e o facto de muitos cidadãos não possuírem aquele documento.

PÚBLICO

DOMINGO, 25 AGOSTO 1991

GUINÉ-BISSAU ABRE CONSULADO EM COIMBRA

A sensibilização dos empresários da região centro para as possibilidades de investimento na Guiné-Bissau constitui um dos principais objectivos da instalação em Coimbra de um consulado honorário daquele país. Ontem, realizou-se a cerimónia de acreditação do novo cônsul à qual esteve presente o presidente guineense, Nino Vieira que se encontra em visita particular a Portugal. O novo cônsul, Carlos Beja, diplomata e administrador de uma empresa do ramo de hotelaria com negócios com a Guiné-Bissau, considerou que os empresários portugueses «têm um papel importante a desempenhar no lançamento da economia daquele país». Carlos Beja salientou ainda a sua intenção em poder contribuir para a integração dos estudantes e trabalhadores guineenses na região centro e na sociedade portuguesa.

PÚBLICO

SABADO, 24 AGOSTO 1991

PAPA VAI À GUINÉ EM FEVEREIRO — O Papa João Paulo II visitará a Guiné em Fevereiro próximo, informou a agência AFP, citando fonte oficial de Conakry. O Papa chegará no dia 24 de Fevereiro a Conakry, permanecendo apenas 24 horas. Para observadores, a visita selará a normalização das relações entre o Estado e a igreja católica guineense, deterioradas durante o regime do antigo presidente Ahmed Sékou Touré e reestabelecidas desde a subida ao poder do general Lansana Conté, em 1984. Apenas dois por cento dos guineenses são católicos, contra 85 por cento de muçulmanos e três por cento de animistas.

LÍNGUA PORTUGUESA NÃO PODE SER ESQUECIDA NA GUINÉ-BISSAU

- disse Nino Vieira, em Coimbra

O presidente da República da Guiné-Bissau, Nino Vieira, que se encontra em Portugal em visita particular, esteve, ontem, em Coimbra para assistir à cerimónia de entrega de credenciais ao cônsul honorário da Região Centro, Carlos Beja.

A língua portuguesa, língua oficial da Guiné-Bissau, e os laços de amizade que ligam estes dois povos constituíram o principal tema da reunião que decorreu no Governo Civil de Coimbra e a que estiveram presentes o embaixador da Guiné-Bissau em Portugal, Hugo Borges, e diversas

autoridades da Região Centro.

Tendo em conta que em Coimbra existe uma grande percentagem de estudantes guineenses, Nino Vieira afirmou que esta cidade «não é desconhecida na Guiné-Bissau», pois muitos dos que regressam «passaram por aqui».

Referindo-se à língua comum dos dois povos, o presidente da Guiné-Bissau salientou o facto de o seu país «estar encravado entre dois países de língua francesa» pelo que são necessárias «a colaboração e a ajuda dos portugueses para que a língua de Camões não seja esquecida na Guiné-Bissau».

Os laços de amizade, culturais e históricos que unem os dois países lusófonos são a base para que se possa «construir um futuro de mãos da-



Reunião entre Nino Vieira e Jaime Ramos, com a presença do embaixador Hugo Borges e o cônsul honorário Carlos Beja.

das», disse Nino Vieira, acrescentando que «a boa vontade que existe pode ser continuada e aumentada».

O governador civil do distrito de Coimbra, Jaime Ramos, depois de manifestar a sua satisfação pessoal pela presença de Nino Vieira, salientou «os laços íntimos entre os dois países» que, devido à mesma língua, são «povos irmãos».

Relativamente aos estudantes oriundos da Guiné-Bissau, Jaime Ra-

mos afirmou que «no futuro, como no passado, estamos dispostos a dar colaboração à comunidade guineense que está em Coimbra».

Por seu lado, o novo cônsul honorário da República da Guiné-Bissau na região Centro, Carlos Beja, referiu-se à presença de Nino Vieira, na cerimónia de entrega de credenciais, como «um incentivo à nossa futura actividade e uma homenagem do povo da Guiné-Bissau à região das beiras e às suas popu-

lações».

Quanto à actividade deste consulado, Carlos Beja sintetizou as grandes linhas de actuação, nomeadamente «unir os povos da região Centro e da República da Guiné-Bissau num fraterno e solidário abraço» e «congregar os guineenses residentes na zona Centro, sejam eles estudantes ou trabalhadores, por forma a que a sua integração na sociedade portuguesa e na região Centro se faça de uma forma harmónica e concertada».

Rescaldo do Congresso

Nasceu a Frelimo n.º 3

Joaquim Chissano dominou o VI Congresso da Frelimo. A renovação na continuidade vai ser feita sob a sua batuta

Augusto de Carvalho
Maputo

A FRELIMO saiu deste VI Congresso e a Frelimo n.º 3 a de Joaquim Chissano, primeiro presidente eleito por voto secreto. A n.º 2 foi de Samora Machel e a n.º 1 a de Eduardo Mondlane. Três acentuações tónicas diferentes na mesma realidade de fundo, apesar de os baptismos ideológicos poderem sugerir personalidades substancialmente diferentes.

O acento tónico de hoje é de matriz social-democrata. Com Samora Machel o pen-

mesmo as soubesse, evitada, como continua, da mentalidade jornalística anterior.

Ausência de Machungo

As intervenções foram verdadeiras maratonas, com delegados a fugir aos temas e Chissano a permitir as fugas. Discutiu-se tudo, disse-nos um delegado. Outro delegado garantiu-nos que era o triunfo de Chissano, a sua consagração. Este delegado falou em linhas ou sensibilidades, sem as caracterizar: linha Guebuzza, linha Machel e linha Machungo, com Chissano na convergência. Por nós dividimos de que estas personalidades encabeçam sensibilidades claras. É necessário dar tempo ao tempo.

Mário Machungo, primeiro-ministro, não participou nos trabalhos. A causa foi uma ruptura muscular de certa gravidade, quando se preparava

Marcelino para retirar o seu pedido de escusa, apesar de a exclusão dos órgãos directivos do partido ser de molde a não causar estranheza.

Marcelino chegou a esta fase da sua carreira política sem abandonar o romantismo inicial. A viver na zona reservada aos responsáveis, com casa fornecida pelo Estado, lembrou-se agora de que poderia, por força das circunstâncias, ser compelido a mudar de residência. Vai daí começa a procurar apartamento. Só que a lei de hoje vem nos códigos escritos e o apartamento não pode ser registado em seu nome e no de sua mulher que sempre o acompanhou, porque nunca houve registo de casamento. Casara na luta e fora «abençoado» por Eduardo Mondlane, em terras da Tanzânia. O papel selado não acrescenta verdade ao objecto, mas os notários exigem-no. E Marcelino, ainda bonito, mas grisalho, recusa-se agora por causa do papel, registo lavrado nos conformes, sempre com Pamela Santos.

Ambiente difícil

Um Congresso em tempos duros e difíceis, num país a braços com uma gravíssima crise económica, onde os erros foram mais que muitos e precisamente da responsabilidade da Frelimo. Chissano identificou-os, pediu desculpa, mas enquadró-os nos ventos de então, na pouca experiência dos quadros, e prometeu que para o futuro a emenda seria garantida.

Um Congresso realizado a seguir a uma tentativa de golpe de Estado, com o ministro do Interior a ser detido na véspera da abertura, cabendo a mesma sorte, logo a seguir, ao comandante do Estado-Maior da Polícia, Domingos António Moita, primo do ministro do Interior, Manuel António, e também ao comandante provincial da polícia de Maputo, Gama Ajuda.

Estes factos levam-nos a penetrar um pouco na falta de profissionalismo da polícia, cujos vencimentos actualizados não foram pagos desde Abril, com reflexos evidentes na insegurança dos cidadãos.

Um Congresso que se realiza em tempos de criminalidade crescente, relegando para a memória a cidade tranquila que foi a capital de Moçambique independente.

Um Congresso que se realiza por entre notícias de ataques constantes da Renamo, um pouco por todo o país.

Mas um Congresso que a tentativa de golpe na URSS não perturbou, e que é porta aberta para a construção de uma ambiência democrática, com o povo a desejar subtrair-se à fome e à guerra, meio decidente da política e da classe dirigente, a exigir sangue novo.

É cedo para escrever que tipo de sangue vai ser este e que tipo de energia carrega.

As votações, província por província, atrasaram sobremaneira a recolha dos resultados e é preciso esperar algum tempo para conhecer o sentido das sensibilidades que forçosamente irão firmar-se.



Chissano com Samora em fundo. Dois tempos do partido. Agora é a social-democracia

dor foi marxista-leninista, um marxismo-leninismo «sui generis», profundamente heterodoxo, que o analista político e conhecedor desta realidade, Aquino de Bragança, apelidava de Samorismo.

Com Eduardo Mondlane, cristão de convicções e cultura, enraizado na tradição da sua terra, pensamento moldado nas universidades americanas, a Frelimo caracterizou-se pelo frentismo amplo de todas as tendências contra o dominador colonial, e pelo humanismo romântico, de sabor evangélico.

Estamos perante a evolução na continuidade, sem rupturas clamorosas nem anátemas.

O VI Congresso insere-se, assim, na tradição da Frelimo, respeitadora dos mais velhos, dos históricos, em certo ambiente de fraternidade, paternalismo e crítica, por vezes violenta. O relatório, estatutos e programa foram aprovados por unanimidade. O secretariado manteve-se até ao fim com uma imprensa nacional respeitadora das decisões tomadas em plenário, que nunca divulgou antes de anunciadas publicamente, talvez nem

para um jogo de futebol. Acabou com uma perna engessada e os médicos a recomendarem repouso absoluto.

O caso Marcelino

Certa, certa, era tida a saída de Marcelino dos Santos dos órgãos directivos do partido. Ele próprio pedira escusa de todos os cargos. Marcelino, o mais antigo militante da Frelimo e n.º 1 da fundação, mesmo anterior a Samora e Mondlane, um histórico das lutas de libertação no continente africano, a par de Agostinho Neto, Amílcar Cabral e outros. É presidente da Assembleia da República e conotam-no com a linha marxista-leninista mais ortodoxa. No partido, porém, há muito que é, sobretudo, uma referência respeitada, espécie de avô carregado de História, com direito ao primeiro lugar de honra, filhos e netos a divergirem para outros caminhos, mas ninguém se senta à mesa sem ele se sentar primeiro:

As rupturas clamorosas, o faltar sangue, não se inscrevem no percurso da Frelimo. Assim aconteceu que um conjunto de militantes foi pedir a

*Protegidos por poderes mágicos,
com uma fita vermelha na cabeça
e lanças e azagaias nas mãos, atacam
em grupo pondo em debandada
os guerrilheiros da Renamo.
São os Naparamas de Moçambique,
soldados de pé descalço que espalham
o terror entre os adversários*

MOÇAMBIQUE

O regresso

NICOLE GUARDIOLA em Nicoadala

URAMENTO de bandeira em Nicoadala, no Sul da província da Zambézia. Um dezenas de jovens seguem atentamente os gestos e as instruções do «comandante Aguenta». A maioria são adolescentes, mas há também crianças de 10 ou 12 anos. Vestem as suas melhores roupas, calções e camisas coloridas, e quase todos estão descalços, a exceção de três «mais velhos», com botas e fardas camufladas das Forças de Segurança moçambicanas.

As armas são primitivas, lanças e azagaias, mas as fitas encarnadas conferem-lhes um poder mágico, mortífero. Terminado o ritual, ao mesmo tempo militar e religioso, estes jovens camponeses encrossarão as fileiras dos naparamas.

Acreditam que a «vacina» recebida das mãos de Manuel António os protegerá das baías dos «bandidos armados»: os naparamas são invulneráveis desde que respeitem certos tabus, e esta crença transforma pacatos camponeses em guerreiros destemidos. E o «inimigo» também acredita nos seus poderes sobrenaturais. Foge ou fica paralisado de terror quando ouve os gritos de guerra dos naparamas, que se juntam em grandes bandos e atacam a maneira dos zulus.

NOUTROS tempos e circunstâncias, Manuel António seria um desses «curandeiros» do mato que tratam todas as doenças dos corpos e das almas com ervas e outros ingredientes da farmacopeia tradicional africana. Mas em Moçambique, em 1991, a causa de todos os males é a guerra. E Manuel António, 28 anos, tornou-se mundialmente famoso como o chefe e o guia dos naparamas. O diário francês «Le Monde» dedicou uma longa reportagem ao seu «exército de pé descalço», a CNN e o Channel Four enviaram equipas de televisão para filmar a

cerimónia de iniciação dos «homens antibalas» e entrevisar o seu chefe.

Manuel António diz que é católico, mas a sua doutrina e a sua lenda misturam elementos de inspiração cristã, muçulmana e animista, fenómeno frequente no centro de Moçambique. Segundo as histórias que circulam a seu respeito, com numerosas variações, Manuel António morreu quando tinha nove anos de idade. Enterrado, ressuscitou sete dias depois e vagou seis meses na montanha, sozinho no meio das feras e dos espíritos. Mas foi Deus que lhe deu a missão de «salvar o povo» e o ajudou a elaborar a vacina que vence o medo e imuniza contra as armas dos «bandidos armados». A vacina é preparada no seu «laboratório», a partir da mistura de ervas e cinzas.

Os espíritos racionais insurgem-se contra as superstições e as crendices, mas os responsáveis locais da Frelimo respondem que «factos são factos e não admitem discussão, mesmo se parecem inexplicáveis». Garantem serem verdadeiras as informações divulgadas na imprensa internacional, segundo as quais, na Zambézia, os naparamas «limparam» duas bases da Renamo que tinham resistido às investidas das tropas governamentais e tanzanianas — a de Moaqui-hala, ao norte de Mocuba, e a de Namampavira, na estrada que leva ao Malawi. Confirmam que foram os naparamas que «libertaram» Murrua, permitindo o regresso do comissário distrital, refugiado em Gile e que encontrou, à sua espera, mais de 50 mil pessoas — reunidas sob a protecção dos «homens antibalas» — que pediam alimentos, utensílios e ferramentas para voltar às suas aldeias e reiniciar o trabalho no campo.

ESTRANGEIROS residentes na Zambézia e os funcionários das Organizações Não Governamentais

(ONG) que participam nos programas de ajuda às populações evitam dar opiniões sobre as actividades dos naparamas mas reconhecem que extensas zonas da província gozam de relativa segurança e que milhares de camponeses abandonam os campos de «deslocados» para voltar a aldeias abandonadas entre 1986 e 1989. O movimento parece ultrapassar a fronteira e centenas de refugiados no Malawi começam também a regressar.

Apesar do terror que inspiram, os naparamas devem sofrer baixas e duvidar da eficácia da «vacina» quando vêem companheiros mortos ou feridos. No entanto, Manuel António e os seus assistentes têm respostas para tudo.

Em primeiro lugar, a vacina só é eficaz se for bem aplicada. O indivíduo que a recebe deve ser puro. Se cometeu algum pecado depois de ser vacinado, se a sua fé fraquejou, se teve medo e fugiu ou teve intenção de o fazer morrer, mesmo que esteja escondido atrás de uma árvore ou num buraco no chão.

As «culpas» dos familiares também pesam sobre os ombros dos naparamas e quando os guerreiros partem para o combate, as mulheres, mães, esposas, filhas ou irmãs devem respeitar certos tabus: não podem lavar ou varrer, nem ter relações sexuais.

Quando os naparamas começaram a adquirir fama e popularidade, os marxistas da Frelimo denunciaram as «feitiçarias e outras práticas obscurantistas» deste curandeiro analfabeto que explorava a credulidade do povo e oficiais do exército governamental propuseram exterminar este novo tipo de «bandidos armados». Mas a experiência, e provavelmente a pressão «das bases», impôs uma mudança de opinião.

OS NAPARAMAS são hoje considerados aliados valiosos na luta contra a Renamo, uma espécie de



exército de reserva ou de força territorial, mas bem aceite pelas comunidades camponesas. São auto-suficientes, não custam nada, e Manuel António autorizou que recebam uma instrução militar mínima e algumas noções de tática de guerrilha: continuam proibidos de usar armas de fogo, mas podem ser acompanhados por soldados armados.

Em Abril passado, o Presidente Chissano referiu-se pela primeira vez, em público, à acção dos naparamas e elogiou as populações que se organizaram em autodefesa, apesar da falta de meios e do

isolamento em que se encontravam.

Desde então, a imprensa e a Televisão estatal moçambicanas relatam regularmente as acções e os sucessos dos naparamas, recolhendo declarações de guerrilheiros da Renamo capturados que confirmam os poderes mágicos dos homens antibalas.

A IGREJA católica acusa a Frelimo e o Governo de explorarem a credulidade de popular servindo-se de um «atrasado mental» habilmente manipulado por Vitorino Waiola («alter ego» de Ma-

nuel António e antigo comandante da Frelimo) e pelo «comandante Aguenta», chefe militar do movimento.

Padres e religiosos exortam as comunidades cristãs a não acreditar em superstições, a não pagar 500 meticais por serem «vacinados» e, sobretudo, a não entregar os jovens e as crianças aos naparamas para serem utilizados como carne para canhão ou transformados em assassinos de palmo e meio. Porque, dizem, fontes ligadas à Igreja ou a oposição moçambicana, os naparamas são também «bandidos armados» que aterrori-

dos feiticeiros



Naparamas jurando bandeira em Nicoadala e o «Comandante Aguenta», Manuel António, a reencarnação que vagueou entre os espíritos e elaborou a vacina mágica, e Vitorino Waiola, o «alter ego» do feiticeiro

zam as populações, roubam, matam e cometem as piores atrocidades com total impunidade e o seu primitivismo e fanatismo só contribuíram para tornar ainda mais cruel e sangrenta a interminável guerra civil moçambicana.

Manuel António queixa-se da perseguição da Igreja católica e os seus seguidores vão mais longe, acusando o bispo da Beira e o seu clero de apoiar a Renamo. Dizem ter encontrado documentos numa base rebelde capturada que provam que alguns padres avisavam a Renamo dos movimentos e das acções

preparadas pelos naparamas. Dizem também que foram estes «espíões» da Renamo que lançaram o boato de que os «feiticeiros» aliados de Afonso Dlakama tinham descoberto um antídoto que tornava inofensivas as armas envenenadas dos naparamas e uma vacina «antimiqui» ainda mais poderosa que a de Manuel António, porque protege das bombas dos Migs e dos helicópteros da Força Aérea moçambicana.

A epopeia dos naparamas da Zambézia adquiriu dimensões nacionais e internacionais, mas um adido militar

occidental em Maputo afirma que não se trata de um caso isolado ou de um fenómeno localizado. «Há outros naparamas e outros Manuel António, com outros nomes e práticas idênticas em muitas outras regiões de Moçambique. Aparentemente, as suas actividades favorecem a Frelimo, que procura restabelecer uma forma de diálogo com as populações, mas é uma arma de dois gumes, e o feitiço pode muito bem virar-se contra o feiticeiro, porque estes movimentos são dificilmente controláveis.»

Um escritor e historiador moçambicano, marxista convicto, desdramatiza a situação e afasta a ideia de manipulação deliberada. Na sua opinião, a fome, os sofrimentos e o tipo de guerra, destrutiva e selvática, desenvolvida pela Renamo explicam que, no seu desespero, o povo procure refúgio na religião como «o doente incurável que recorre ao curandeiros ou pede um milagre à Senhora de Fátima».

Há, efectivamente, em Moçambique, um claro aumento das práticas religiosas que não se explica só pelo reco-

nhecimento oficial e a instauração da liberdade de religião e de culto. Velhos casais decidem de repente casar pela Igreja e baptizar os filhos, as missas e os ofícios protestantes são mais concorridos do que nunca, foi inaugurada em Agosto, em Maputo, a primeira Universidade Islâmica e existem actualmente no país cerca de 6000 «Igrejas Independentes» ou seitas sincretistas, com hierarquias e liturgias próprias.

«Há uma religiosidade extraordinária», comenta o irmão David, um espanhol da Congregação dos Servos de

Maria, «mas não sei se estamos a corresponder ao que esperam de nós. A Igreja Católica ganhou força quando era perseguida porque estava com o povo, nas dificuldades e na resistência. Agora que o Governo reconhece a sua autoridade e devolve as igrejas e outros bens, a Igreja corre o risco de se envolver nos jogos do poder e perder o capital de confiança acumulado».

Entre as comunidades cristãs, há também um ressurgimento das práticas ancestrais, culto dos antepassados ou dos espíritos da terra. «As »

«... pessoas sentem-se ameaçadas, em perigo, em todo o lado, a todas as horas. Precisam de algo que as ajude a vencer o medo. Por isso celebro a Missa com batuques e quero que cantem nas suas línguas nativas, mas é muito difícil porque foram ensinados a fazê-lo em português e porque os deslocados provêm de regiões e etnias diferentes.»

O Padre António está em Moçambique há sete anos e pensa que, no fundo, as antigas crenças nunca foram completamente abandonadas: só viveram no inconsciente ou associadas às lembranças da infância, dos avós, da aldeia.

Um jovem jornalista moçambicano concorda: «Todos os membros do actual Governo, antes de serem membros da Frelimo, foram crianças que ouviram os mais velhos contar histórias dos antepassados, dos espíritos bons e maus. O Partido renunciou ao marxismo, ao materialismo científico, e as velhas crenças recobram vitalidade. Na Europa de Leste ressurgem a religião, os nacionalismos, os antagonismos étnicos. Porque não haveria de suceder a mesma coisa em Moçambique, após 15 anos de regime comunista?»

O «DIÁRIO de Moçambique», que se edita na Beira, dedicou em Agosto amplos espaços a um «factors» que ilustra a desorientação que grassa no aparelho do regime e do Estado. No Centro Regional de Cultura, desapareceram dois vídeos e 33 cassetes. Convencido de que o roubo tinha sido perpetrado por um funcionário da



Os massacres, a fome e as catástrofes reforçam a ideia de que os refugiados estão a expiar alguma culpa

casa, o director convocou uma assembleia para tratar de identificar os culpados. Perante o fracasso, anunciou que iria com uma delegação consultar um famoso adivinho residente numa aldeia próxima. Alguns funcionários insurgiram-se contra o recurso a práticas «obscurantistas» e sugeriram a intervenção da PIC (Polícia de Investigação Criminal): foram imediatamente apontados como suspeitos do roubo. O «Diário de Moçambique» conta a história. Nova assembleia geral para apurar quem tinha informado a Imprensa. O adivinho queixou-se da publicidade dada ao caso e não identificou os ladrões. O jornal revela que os trabalhadores que se opuseram à consulta foram sus-

pensos. A resposta do director regional da Cultura foi uma nota desmentindo que as sanções estivessem relacionadas com o caso do feiticeiro.

Parece uma história banal, como as que contam os velhos colonos europeus de qualquer parte de África. Mas o regresso dos feiticeiros traz também de volta os medos e os ódios ancestrais, e as imagens da Libéria, da Somália ou da Etiópia são demasiado recentes para não se ficar assustado quando a guerra civil moçambicana começa a ser pintada com as cores do tribalismo.

HOUVE no início do ano discussões evadidas de racismo, durante o debate da nova lei da nacionalidade que alguns pretendiam reser-

var aos «africanos de origem» — excluindo os «não negros», brancos ou asiáticos —, e que deram lugar a interessantes despiques acerca dos primeiros ocupantes e de quem chegou mais tarde às terras que são hoje Moçambique: os portugueses e indianos ou os zulus e os vatuas. Há uma antiga hostilidade contra os «monhés», talvez exacerbada pela recente e ostensiva prosperidade dos comerciantes de origem asiática.

Denunciar a hegemonia do homem do Sul sobre a direcção da Frelimo, o Governo e o aparelho de Estado é um lugar comum em Maputo, tanto nos meios da oposição como no partido governamental. O recente VI Congresso da Frelimo decidiu tomar a serio estas

críticas e promover «homens do Centro ou do Norte».

A tentativa de golpe de Estado denunciada em Julho foi quase ignorada porque todos os supostos conspiradores eram «gente do Sul», do mesmo clã, era quase uma disputa de família.

«Se ouvir falar em agitação e descontentamento entre as populações do Norte, preste atenção. Cabo Delgado é muito importante para a Frelimo: foi onde se iniciou a luta armada, a primeira «zona libertada», mas a autoridade do Governo está a ser questionada. Os macondes queixam-se de serem preteridos em benefício do Sul no repartir das ajudas internacionais», confidencia um diplomata europeu.

UM OBSERVADOR pessimista que não acredita no êxito das negociações de Roma afirma que, «mesmo que a Frelimo e a Renamo assinem um cessar-fogo, a guerra vai continuar. O xanganes e os ndaus representam apenas 10 por cento da população, os outros, o macuas, que são a etnia mais numerosa, os macondes e outros povos não vão aceitar uma partilha do poder entre eles».

Um colega moçambicano explica que os dirigentes de Renamo são ndaus e Chissano e a maioria da direcção frelimista são xanganes, como Samora Machel. Acrescenta que estas origens étnicas explicam a escassa resistência que as populações do Sul de Moçambique ofereceram à Renamo, por culpa de uma antiga maldição que data dos tempos de Gungunhana e do rebelião do último rei de Gaza contra os portugueses. O ndaus, povo dominado, eram obrigados a fornecer guerreiros para os exércitos de Gungunhana. Este foi derrotado e capturado por Mouzinho (morreu exilado nos Açores).

Uma lenda diz que os três mil guerreiros ndaus que permaneceram na aventura juraram voltar para vingar-se dos descendentes de Gungunhana. Durante anos, quando alguém adoecia, consultava-se o adivinho e este, muitas vezes descobria que o mal era provocado pelo espírito de um ndau, que procurava voltar à terra dos seus antepassados. Ofereciam-lhe algum dinheiro, comida para a viagem e, se aceitava a oferta, o doente ficava curado. Samora Machel fez de Gungunhana um herói nacional, exigiu que Portugal devolvesse

A honra dos «ninjas»

O AUMENTO da delinquência e da insegurança em Maputo e nas grandes cidades moçambicanas levaram à exoneração do coronel Manuel António, ministro do Interior.

A capital vive, há vários meses, um recolher obrigatório de facto, ninguém circula a pé nas ruas passadas as sete da noite, e uma surpresa desagradável pode ocorrer, mesmo durante o dia e em pleno centro da cidade.

Em Julho, o Conselho Cristão das Igrejas (protestantes) lançou um dramático apelo à população para pôr fim à onda de «homicídios, agressões, violações e sequestros» que se verificam nas ruas, nas residências, nas escolas e lugares de trabalho, de noite ou de dia. O comunicado lembra que ninguém tem o direito de destruir a vida, e que as armas de fogo, armas brancas, pedras, pedras, pedras, pedras, pedras.

Em Maputo, o terror não os cansa, e todos os pontos de venda de «ninjas»: no café, em casa, no trabalho, nos jornais. Os «ninjas»

são as crianças da rua, quando crescem e já não se conformam com sobreviver à custa da mendicância dos pequenos traficantes e dos pequenos furtos.

Samissone era «ninja», tinha 17 anos. Surpreendido quando assaltava uma farmácia, tentou fugir, mas os disparos de um miliciano cortaram-lhe a retirada, e Samissone foi parar ao hospital com uma perna esfacelada. Segundo os médicos, a amputação era inevitável, mas Samissone ficou convencido de que foi maldade dos enfermeiros, que ficaram furiosos quando souberam que roubara medicamentos.

Bastou uma visita para a família se convencer de que Samissone tinha deixado de ter capacidade para ser «ninja» e de poder sustentar o clã. Não houve mais visitas.

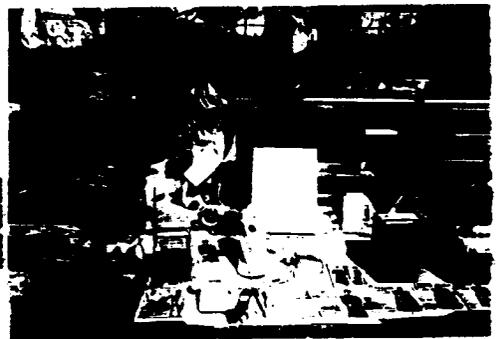
Uma enfermeira tentou consolar o jovem: — Poderás ganhar muito dinheiro como cauteleiro. A gente pensará que és mutilado de guerra. — Quanto? — Até três mil meticais, mentiu a enfermeira. — Que são três contos para quem estava acostumado a fazer 100 por dia, lamentou Samissone. A enfermeira saiu e o ex-«ninja» voou para a morte, da janela da enfermaria, no terceiro andar.

Um verdadeiro «ninja» não se deixa impressionar pelo relato. Matar ou ser morto são osso do ofício. Se for preso sabe que começará por levar porrada, mas os chibis acabam por cansar-se: os delinquentes são muitos. O pior é a prisão. Na cadeia da Beira, superlotada, vários reclusos morreram de fome e as autoridades decidiram libertar os outros «doentes».

Os «ninjas» comercializam parte da mercadoria nos «lumbos» moçambicanos, os mercados do fim de Maputo, onde um jornalista alemão disse ter visto à venda cinco tambores com vinho encorpado, ao lado das bancas com «roupas das calças»

oferecidas no âmbito da ajuda de emergência às vítimas da guerra e da seca. Alguns «ninjas» vestem roupas coloridas, made in South Africa, óculos Ray Ban e cavalgam motos de grandes cilindradas. Apontam com o dedo as montras das lojas da Baixa com pratas, perfumes, calçados e vestidos cujos preços ridicularizam os vencimentos auferidos pela maioria dos funcionários e empregados. Riem e dizem que «ninjismo» há muitos. Há «ninjas» pé-descaço e «ninjas» de fato-e-gravata, há «ninjas» fardados e até «ninjas»-ministros! Parecem simpáticos, mas matam, esfolam e violam com a maior das facilidades, às vezes só pelo prazer. As pessoas evitam de se cruzar com eles, mas desviam também o rumo para não passar demasiado perto dos milicianos, teoricamente

Os «ninjas» actuam nos mercados de Maputo



os seus restos para serem enterrados em Moçambique, e alguns biografos afirmaram que Samora era descendente de Gungunhana. Nas aldeias, quando a Renamo começou a atacar, os mais velhos disseram que era a vingança dos ndaus, um assunto entre ndaus e xanganes no qual era perigoso a quem intrometer-se.

OS MASSACRES indiscriminados, a fome, a seca, todas as catastrophes que se abaterem nos últimos anos sobre Moçambique, a aparente incapacidade das Forças Armadas Moçambicanas, teoricamente fortes, de 20 mil homens, devem contribuir para reforçar entre as populações rurais a ideia de estarem a expiar alguma culpa, como os subditos do Faraó que negava a liberdade ao povo hebreu.

A Renamo parece empennhada em merecer esta fama demoníaca, com actos de violência aparentemente gratuitos, massacres, mutilações. Mesmo admitindo exageros na sua propaganda governamental, há documentos de fontes independentes que confirmam que foram cometidos crimes hediondos. O facto de muitas atrocidades atribuídas à Renamo terem sido cometidas por outros «bandidos armados», desertores ou soldados esfomeados do exercito governamental não altera sensivelmente a situação de terror em que vive a população.

A insegurança começa às portas de Maputo. O padre de Matola, que acompanho numa visita às aldeias proximas, não simpatiza com o regime nem com a Renamo: condena a guerra e todos os que, directa ou indirectamente, permi-

tem que continue. «Esta padaria foi assaltada quatro vezes nos últimos meses. Da última vez, meteram os empregados no forno e queimaram-nos vivos». Uns quilómetros mais à frente: «Nesta casa, umas dezenas de jovens festejavam um aniversário. Ao fim da tarde, atiradores emboscados nesta arvore dispararam, matando 18. Alguns eram crianças».

AO TERROR tende a ressonar um terror ainda maior e os naparamas podem ser um novo degrau na espiral da violência, do medo e do odio irracional. Seria triste que o sonho de Samora Machel, de uma sociedade multi-racial, livre do tribalismo, acabe num banho de sangue. Os partidos «emergentes», que começam a organizar-se ao abrigo da nova legislação, escondem mal as referências étnicas ou tribais da maioria dos seus dirigentes. Um proclama-se «africanista» e defensor das tradições e valores tradicionais. Outro inclui no seu programa a restauração dos poderes dos regulos e outras autoridades tradicionais. Outro ainda sugere a substituição do centralismo pelo federalismo. Nostalgia do passado pre-colonial? Aceitação do desmembramento e da anexação das diferentes partes pelos países vizinhos?

A esmagadora maioria não se interessa por estas especulações. Quer o fim da guerra, quer comer, quer viver, e está disposta a apoiar quem lhe garanta um mínimo de segurança. Falar em democracia, adiar o cessar-fogo para conservar ou conquistar o poder é um insulto à miséria e à fome das crianças moçambicanas. ■

encarregados de as proteger. No porto de Maputo, às 11 da manhã, um miliciano matou com um tiro um trabalhador que tocou na sua mochila. Os companheiros do morto lincharam o miliciano. Os jornais disseram que a mochila estava cheia de castanhas de caju roubadas.

Na cidade de Nampula um grupo de indivíduos armados saquearam e incendiaram vários estabelecimentos comerciais, matando pelo menos quatro pessoas. As autoridades não sabem se eram «BA's», (bandidos armados) da Renamo ou soldados desmobilizados.

Estes últimos abastecem o mercado livre das armas, à razão de 20 dólares por uma pistola, que acabará provavelmente do outro lado da fronteira, nas mãos do ANC ou do Inkhata. Disseram-me, mas não verifiquei, que era também possível alugar uma arma por um ou vários dias. A violência e o medo tomam conta das cidades e o Governo atribui o fenómeno a «algumas consequências negativas do Plano de Recuperação Económica». Cerca de 15 mil emigrantes moçambicanos, repatriados compulsivamente da ex-RDA, são acusados de terem organizado autênticas quadrilhas de «gangsters». Os mais velhos criticam: «A juventude está desmoralizada, não trabalha, não estuda, não respeita nada.» Sérgio Tique, delegado a Conferência da OJM (Organização da Juventude Moçambicana), disse que os dirigentes «não conseguem ir às origens do sofrimento do nosso povo (...) destruíram a família, os pais perderam a autoridade que tinham sobre os filhos, acabaram com a cultura e as estruturas tradicionais e o Estado foi incapaz de as substituir».

N.G.

António Dias da Cunha (Entrepasto) ao EXPRESSO

«Apostamos na distribuição no sector alimentar em Moçambique»

Jorge Fiel

ANTÓNIO Dias da Cunha, presidente do Entrepasto, afirmou ao EXPRESSO que o seu grupo vai investir em Moçambique na área da distribuição alimentar, que passou a ser encarada como prioritária, depois de ter dilatado de 50 para 100 por cento a posição que detinha no capital das empresas espanholas proprietárias do Jumbo de Madrid e da cadeia de supermercados Expresso. Em Madrid, o grupo Entrepasto vai inaugurar um segundo hipermercado Jumbo, inserido num complexo comercial, dois novos supermercados Expresso e estuda a hipótese de lançar uma cadeia de «drugstores» abertos 24 horas por dia, com a marca Jumbo 24. Em Moçambique, onde o grupo nasceu, o Entrepasto está a investir na construção de uma segunda fábrica de descasque de cajá (com o IPE) e num projecto agrícola e agro-industrial no sector algodoeiro. Angola deverá ser o quinto país onde o Entrepasto vai estar presente, depois de Moçambique, Portugal, Espanha e Brasil, o que faz do grupo presidido por Dias da Cunha uma verdadeira (embora pequena) multinacional. Licenciado em Direito, 57 anos, Dias da Cunha, foi, desde a primeira candidatura de Mário Soares à presidência, um membro activo do MASP, o que levou a que o seu nome surgisse com maior frequência nas páginas políticas dos jornais do que nas económicas. «Se isso é verdade é porque, possivelmente, os senhores da informação têm maior interesse em conhecer as minhas actividades políticas do que aquilo que faço como empresário», explicou ao EXPRESSO Dias da Cunha.

EXPRESSO — Que divergências estiveram na origem da compra a João Flores e Manuel Prego, pelo grupo Entrepasto, dos 50 por cento que não detinha na Jumbo Comercial e Expresso Comercial?

ANTÓNIO DIAS DA CUNHA — Estava em causa a estratégia de desenvolvimento da operação. Os nossos antigos sócios estavam fundamentalmente interessados no sector imobiliário. A nossa estratégia consistia em apostar no negócio da distribuição em si. Como as duas estratégias não eram conciliáveis concordámos em separarmo-nos e nós comprámos a posição que eles detinham.

EXP. — Depois de terem comprado em 1975, com João Flores e Manuel Prego, a operação do grupo Pão de Açúcar em Madrid, por que é que não investiram na abertura de mais hipermercados, expandindo em Espanha a cadeia Jumbo?

A.D.C. — Quando comprámos o Jumbo de Madrid, admitimos a possibilidade de expandir a cadeia. Mas passado pouco tempo compreendemos que isso não seria realista, dado o elevado montante dos investimentos que essa estratégia exigia. Em alternativa, optámos pela criação de uma cadeia de lojas mais pequenas, tipo «discount» com a marca Expresso. Aliás, devo dizer que o Jumbo de Madrid não se afirmou junto dos consumidores como um hipermercado clássico mas sim como uma loja com uma clientela natural de rendimento alto e médio/alto, o que nos colocou um desafio — oferecer a qualidade que os clientes do hiper queriam — e um problema.

Tinhamos um hiper de grande qualidade (o Jumbo) e uma cadeia de lojas «discount», que se dirigia a um tipo de clientela situada num extremo oposto em termos de rendimento. Esta situação trazia-nos problemas de imagem e também de abastecimento. No negócio da distribuição, a compra é um aspecto fundamental. Alimentar uma cadeia de «discount» supõe um determinado grupo de fornecedores. Para abastecer uma loja como o Jumbo é preciso outro tipo de fornecedores.

Ao longo da década de 80 abrimos, em Madrid, 30 lojas «discount», mas cedo começámos a reorientar a nossa estratégia, privilegiando para a localização dos supermercados Expresso as zonas onde vivem pessoas de rendimento médio/alto e alto. Trocámos progressivamente as lojas «discount», que foram abandonadas e substituídas por supermercados com uma maior área e melhor localizados. Foi um período muito complicado em que fechávamos e abríamos com a marca Expresso.

Novo hiper em Madrid e cadeia Jumbo 24

EXP. — Quais são os vossos planos de expansão em Espanha?

A.D.C. — Estamos a preparar a abertura, em finais de 1993, de um segundo Jumbo, em Madrid, integrado num complexo comercial. Na área dos supermercados vamos investir 2,3 milhões de contos em duas novas lojas da cadeia Expresso, a abrir no próximo ano. Estamos também a estudar a hipótese de expansão de uma nova cadeia com a marca Jumbo 24.

EXP. — Qual é o conceito Jumbo 24?

A.D.C. — O conceito Jumbo 24 é idêntico ao dos «drugstores» norte-americanos, abertos 24 horas por dia, que têm tabaco, pilhas, discos, bebidas, alimentos, adesivos, etc., enfim, toda uma gama de produtos que de repente pode fazer falta. Temos uma a funcionar, encostada ao nosso hipermercado, e estamos a pensar desenvolver uma cadeia, beneficiando do belíssimo nome que é o Jumbo em Madrid. Podemos ainda aproveitar o facto de sermos um das três maiores companhias na área da distribuição em Madrid, o que nos permite negociar em boas condições com os fornecedores.

EXP. — Por que razão um grupo nascido em Moçambique e, entretanto, emigrado para Portugal, decidiu, em 1975, diversificar mercados investindo em Espanha?

A.D.C. — O momento era concludente. Tinha acontecido o 25 de Abril em Portugal, a independência em Moçambique, e vivia-se o PRBC no nosso país. Não sabíamos bem o que ia acontecer nestes dois países onde estavam concentradas as nossas principais actividades. Surgiu a oportunidade com o

Pão de Açúcar, que queria desinvestir em Espanha, e concretizámos o negócio, que surgiu no momento exacto, para nós.

«Ficámos em Moçambique porque éramos desejados»

EXP. — Até à compra dos 100 por cento da operação de distribuição em Madrid, vocês eram um espécie de «sleeping partner». Agora que tomaram em mãos a gestão deste negócio vão apostar nele em Portugal?

A.D.C. — Depois do negócio dos automóveis e tractores, a distribuição passou a ser uma segunda natureza do grupo.

Em Portugal, pelo menos para já, não pensamos investir neste sector. Mas iremos com toda a certeza entrar na distribuição em Moçambique e depois — por que não — em Angola. Os 50 por cento que adquirimos em Espanha levaram o grupo a olhar com outros olhos para esta área.

EXP. — Não tiveram problemas em Moçambique depois da descolonização?

A.D.C. — Mantivemos a actividade em Moçambique depois da independência, porque, desde muito cedo, logo com o governo de transição e o primeiro governo da Prelim, possemos o problema às autoridades em termos muito claros. Dissemos que não era nossa intenção ficar em Moçambique à força ou esperar até que nos expulsassem. Só ficaríamos se fôssemos desejados e na medida em que no novo regime houvesse lugar para a iniciativa privada. A pergunta foi muito clara e a resposta também. De todas as nossas participadas apenas foi nacionalizada uma (as Minas de Mostize) em que não éramos maioritários.

Quando a Prelim disse que queria que ficassemos, explicámos que a nossa permanência dependia das condições. Então negociámos com os diferentes ministérios contratos, nos termos dos quais nos comprometemos a realizar determinados objectivos, quantificados em termos físicos e não monetários, realizar uma obra de formação também perfeitamente quantificada, manter uma estrutura de quadros não moçambicanos. Em contrapartida, destes compromissos assumidos que assumimos, foram-nos facultados meios em divisas que nos permitiram sempre desenvolver a nossa actividade.

EXP. — Os vossos planos em Moçambique contemplam mais investimentos no sector primário?

A.D.C. — Também. Estamos a valorizar essa componente da nossa actividade. Admitimos recentemente agrónomos para poder fazer a agricultura aconselhável tendo em conta as condições de Moçambique. Estamos ainda a dar apoio às populações para fazerem agricultura, esperando, em contrapartida, que nos vendam o algodão e o cajá.

Antes da independência, apesar de nunca ninguém o ter plantado (ele cresce espontaneamente), Moçambique detinha cerca de 50 por cento da produção mundial de cajá.

Aposta no algodão e no descasque de cajá

EXP. — Que investimentos têm em curso em Moçambique?

A.D.C. — Estamos com o IPE a pôr de pé, em Nacala, uma segunda fábrica de descasque de cajá, que terá associada uma exploração agrícola à unidade industrial. Parte do capital desta empresa será posto à subscrição pública o que constitui uma inovação em Moçambique.

Em «joint-venture» com o Estado moçambicano vamos constituir uma sociedade agrícola e agro-industrial, que cultivará algodão,

e depois fará o seu descaroçamento e prensagem. Ficará localizada no Norte, a meio caminho entre Nacala e Nampula.

EXP. — Por que razão, em 1968, decidiram vir para Portugal e não diversificaram as actividades em África, para Angola, por exemplo?

A.D.C. — A primeira opção foi ir para Angola em vez de vir para Portugal. Os nossos recursos eram limitados e não podíamos ter ido para os dois sítios ao mesmo tempo. Felizmente a minha mãe, que não se metia muito nos negócios, convenceu o meu pai a vir para cá, com o argumento que já para negócios africanos já bastavam os que tínhamos em Moçambique.

EXP. — Mas agora, com o processo de paz em Angola, vão investir lá?

A.D.C. — Depois de termos feito em Moçambique aquilo que somos capazes de fazer, ir para Angola é uma expansão natural.

Ainda ninguém entende a Renamo

EXP. — Que leitura faz para as dificuldades que o processo para a paz em Moçambique tem encontrado?

A.D.C. — Por enquanto ainda não percebi o que é que a Renamo quer — e julgo que ninguém ainda entende. Acho que para se enfrentar o problema de Moçambique com realismo era preciso começar por se perceber a Renamo e saber quais são os seus interesses. Penso que começou por ser financiada por determinados meios da África do Sul. Depois a Renamo do mato encontrou uma forma de se auto-sustentar.

EXP. — Para manterem a vossa actividade, durante a guerra civil, tiveram de socorrer-se de um exército privado?

A.D.C. — Não é um exército privado. É um sistema de segurança. As nossas fábricas, na Beira, constituem o conjunto industrial mais importante de Moçambique. O complexo foi atacado duas vezes e da segunda vez só por sorte não foi tudo pelos ares. Nessa altura, fizemos ver ao governo moçambicano que precisávamos de garantir a nossa segurança. Não é um exército privado. São trabalhadores pagos pela empresa que se dedicam à segurança. Aliás, acho piada a terminologia que usam entre eles — há os trabalhadores da trincheira e os trabalhadores da fábrica. Aos cerca de 500 que estão afectos à segurança estamos a dar-lhes formação profissional, na área agrícola ou em ofícios que vão ser necessários — serralheiros, electricistas, motoristas, etc. — para eles estarem preparados para a vida quando acontecer a paz.

EXP. — A crise permanente em que vive o Brasil não afecta a actividade da vossa associada?

A.D.C. — Tivemos a sorte de estarmos instalados no Maranhão, um estado que tem registado melhor do que os outros à crise e onde se desenvolveu brutalmente, quer na parte da exploração de minério de ferro (uma das maiores explorações do mundo), quer pela própria agricultura. Por isso o nosso negócio tem florescido.

A razão dos prejuízos no comércio automóvel

EXP. — Em Portugal, uma boa parte das vossas empresas que se dedicam à venda a retalho de viaturas teve resultados negativos no ano passado. A que se deve isso?

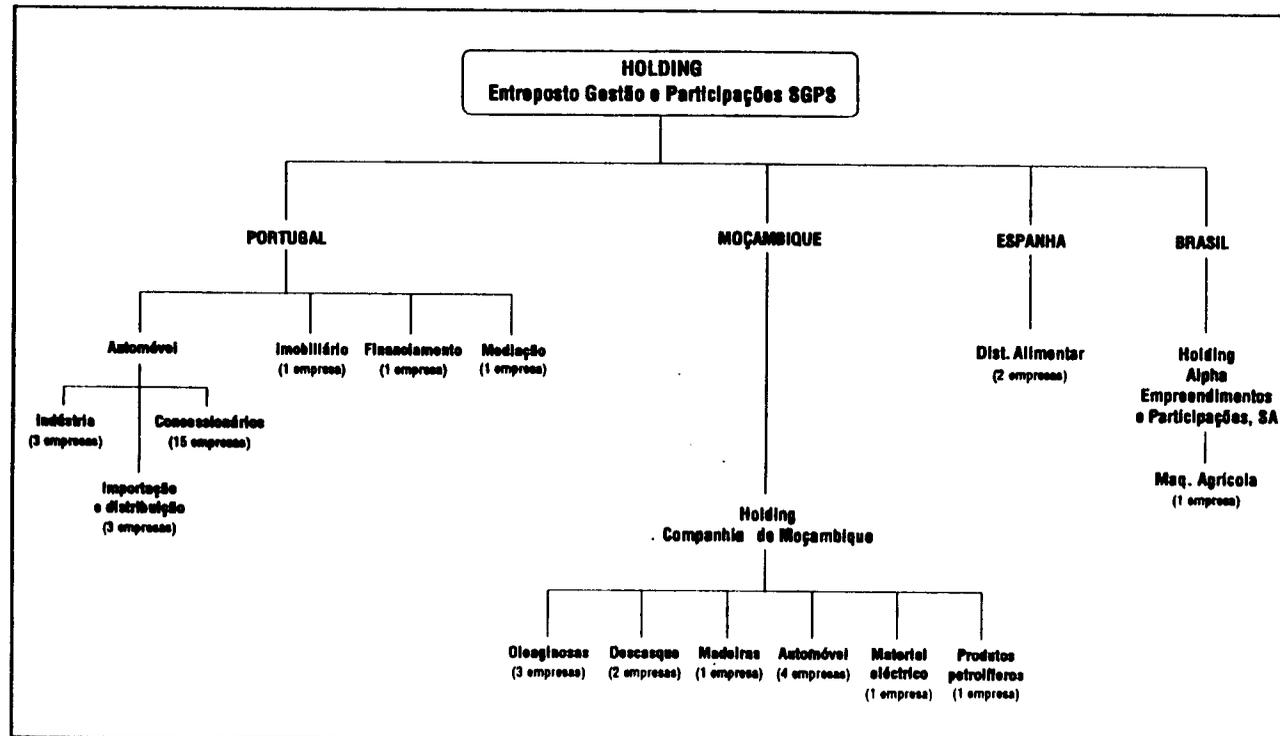
A.D.C. — Acontece fundamentalmente com as que vendem Renault e com a política da marca francesa. A margem normal do negócio é muito reduzida e só com dificuldades permite aos concessionários conseguirem o equilíbrio. A Renault pretende compensar esta reduzida margem dando prémios anuais aos concessionários que excedem os objectivos de venda previamente determinados pela marca. Simplesmente, os objectivos fixados pela Renault não eram adequados ao momento do mercado. Como se sabe, esta marca passou de uma posição ímpar do mercado para momentos mais difíceis, quando acabou a contingência de viaturas de outros construtores europeus. Teve quebras sucessivas e para reagir a isso lançou aos concessionários objectivos pouco realistas.

EXP. — Mas algumas das concessionárias Nissan também registaram prejuízos...

A.D.C. — O que se deve a problemas internos e ao reforço da concorrência. O mercado entrou numa política de descontos perfeitamente disparatada em que embarcámos. Assumo a responsabilidade de não ter reagido a tempo e horas, impedindo que alguns dos gerentes alinhavassem nessa política de descontos. Tudo isso está para trás e hoje o grupo tem indicações perfeitamente claras para a sua actuação nesta área. Acabaram os descontos de frota, quando marido e mulher compravam ao mesmo tempo dois automóveis.



Vendas consolidadas de 545 milhões de dólares



HERDEIRO da Companhia de Moçambique, o grupo Entrepasto é uma multinacional presente em quatro países (Moçambique, Portugal, Brasil e Espanha) e em todos os sectores da actividade económica — agricultura, indústria, comércio e serviços.

As actividades do grupo dirigido por Dias da Cunha são muito diversificadas — venda de camiões Scania no Maranhão (Brasil), automóveis Toyota (em Maputo) e veículos Nissan (em todo o território português), produção de óleos e sabões na Beira, participação com a Lonhro no Pipeline Moçambique Zimbabwe, fábrica de «chauffages» em Sacavém e ainda possui um hipermercado e uma rede de supermercados em Madrid.

As cerca de 40 empresas do grupo, espalhadas por três continentes, obtiveram, em 1990, um volume de negócios consolidado superior a 534 milhões de dólares e empregavam 9275 pessoas.

Nascido em Moçambique, o grupo Entrepasto veio para Portugal em 1968, por imposição da mãe de António Dias da Cunha, que contrariou a decisão inicial,

tomada pelo marido, de diversificar os mercados investindo em Angola.

No seu país de origem, o grupo Entrepasto, enquanto espera pela paz, está a investir com o IPE numa nova fábrica de descasque de castanha de caju e, com o Estado moçambicano, num complexo algodoeiro, agrícola e industrial.

Em Portugal, a sua actividade essencial desenrola-se no comércio automóvel, sendo o importador exclusivo para Portugal do construtor japonês Nissan. No sector secundário, Dias da Cunha tem como único objectivo imediato completar a recuperação das três pequenas unidades industriais em que participa, depois de se ter gorado a hipótese de construção de uma fábrica Nissan no nosso país.

«Em determinada altura conseguimos que fosse levado até ao fim o estudo de um projecto de montagem em Portugal de uma fábrica 'pick up' da Nissan. A empresa seria detida em partes iguais pelos japoneses, por nós e por um parceiro espanhol. Uma mudança na administração da Nissan fez com que este projecto, que

tinha passado por todas as fases de avaliação e estava pronto para aprovação, fosse posto de lado. A partir daqui, a Nissan deixaria que na Europa ficaria apenas com a Motor Ibérica, em Espanha, e com a fábrica em Inglaterra», disse ao EXPRESSO Dias da Cunha.

Em Espanha, os projectos de expansão situam-se no sector da distribuição alimentar e em centros comerciais, passando pela construção de um novo Jumbo, de mais dois supermercados Expresso e pelo provável lançamento da cadeia de «drugstores» Jumbo 24.

O complexo que integrará o segundo Jumbo do grupo em Madrid (com uma área de cinco mil metros quadrados) e um centro comercial (área de 30 mil metros quadrados) exige um investimento de aproximadamente 14 milhões de contos. No país vizinho serão ainda aplicados 2,3 milhões de contos na abertura, em 1992, de mais dois supermercados, da cadeia Expresso, em Las Rozas (1800 metros quadrados) em Madrid (1000 metros quadrados).

J. P.

EXPRESSO, SÁBADO 24 DE AGOSTO DE 1991

Em Moçambique**Entrepasto investe nos supermercados**

O ENTREPOSTO prepara-se para investir na distribuição alimentar em Moçambique, elegendo este sector como o segundo mais importante do grupo, depois de ter adquirido a totalidade do capital das empresas espanholas proprietárias do hipermercado Jumbo e da cadeia de supermercados Expresso, em Madrid.

Nascido em Moçambique, o grupo presidido por António Dias da Cunha não espera pela paz entre Frelimo e Renamo para expandir a sua actividade no país de origem, onde controla seis empresas industriais e cinco de serviços, sendo ainda «partner» da Lonhro na Companhia do Pipeline que transporte para o Zimbabué produtos petrolíferos.

Neste momento, o grupo Entrepasto está a investir na criação de uma nova fábrica de descasque de castanha de cajú, em Nacala, e de uma sociedade agrícola e agro-industrial, localizada entre Nacala e Nampula, que cultivará algodão e procederá ao seu descaroçoamento e prensagem.

Em Espanha, o grupo tem em curso projectos de investi-



António Dias da Cunha: 13 empresas em Moçambique

mento no valor de 14,3 milhões de contos, a serem desenvolvidos nos próximos dois anos. Para além da construção de um novo hipermercado Jumbo, nos arredores de Madrid, e de dois novos supermercados da cadeia Expresso. Entretanto estuda o lançamento, no país vizinho, de uma nova cadeia de «drugstores», abertos 24 horas do dia, com a marca Jumbo 24.

No nosso país, onde está em actividade desde 1968, a operação essencial do grupo situa-

se no comércio de automóveis e máquinas agrícolas, sendo o importador exclusivo da Nissan e detendo concessionárias de outras marcas (Renault, Audi, Volkswagen, etc). A hipótese de alargar a sua actividade no sector industrial ou de a iniciar no sector da distribuição é, pelo menos a curto prazo, afastada por Dias da Cunha.

Presente em quatro países (Moçambique, Espanha, Portugal e Brasil), o grupo Entrepasto encara seriamente a hipótese de estender a sua acção a Angola, onde o pai de Dias da Cunha queria investir, no final da década de 60 — mas a mãe vetou esta alternativa de diversificação de mercados, «obrigando» o pai do actual presidente do grupo a canalizar para Portugal os recursos excedentários.

Com vendas consolidadas superiores a 80 milhões de contos, em três continentes, o grupo Entrepasto emprega mais de 9.000 pessoas, que trabalham em todos os sectores da actividade económica — agricultura, indústria, e comércio e serviços

Moçambique

Congresso da Frelimo reelege Chissano

JOAQUIM CHISSANO foi reeleito presidente da Frelimo com 98,6 por cento de votos. Como único candidato ao posto, a confirmação da sua eleição era aguardada apenas com a expectativa de se saber se os votos seriam por unanimidade ou por maioria.

Contudo, a comissão eleitoral, ao anunciar ao fim da manhã de ontem o resultado, não especificou a quantidade de votos contra e de abstenções.

Pela primeira vez na história da Frelimo foi utilizado o voto secreto, directo e universal, facto que contribuiu em

certa medida para provocar um atraso de dois dias na divulgação dos resultados.

As eleições para o cargo de presidente da Frelimo e para 170 lugares do Comité Central realizaram-se na quarta-feira, mas problemas técnicos ligados ao processamento de dados na contagem dos votos provaram um atraso de 48 horas no seu anúncio.

Ao anunciar a reeleição de Chissano, a comissão eleitoral comunicou que prosseguia a contagem de votos para o Comité Central, estando previsto que os resultados fossem ainda di-

vulgados na noite de ontem, já depois do fecho destas páginas.

Segundo uma fonte ligada ao VI Congresso, a falta de experiência no novo método de votação, ou seja o voto secreto, concorreu para o atraso, para além da não utilização de um estabilizador de corrente que, devido à oscilação do fornecimento de energia à capital, na noite de quarta-feira, inutilizou os dados já introduzidos no computador.

A segunda fase da contagem contou com a presença de alguns delegados do Congresso para, no dizer da mesma fonte,

dissipar um certo mal estar que já se fazia sentir e, ao mesmo tempo, se observar a transparência do processo.

Um comício que tinha sido marcado para hoje foi adiado "sine die", em virtude de se desconhecer a data do fim dos trabalhos do VI Congresso.

O novo Comité Central (com 170 membros), para o qual havia uma lista de 400 candidatos, deverá em seguida eleger o secretário-geral do partido e a Comissão Política de 15 membros, anteriormente designada por Bureau Político.

Segundo fontes contacta-

das pelo PÚBLICO, não se prevêem grandes alterações na hierarquia partidária, ao contrário das expectativas criadas em trono do projecto de mudança que o Congresso anunciava.

Sabe-se que Marcelino dos Santos, actual membro do Bureau Político, presidente da Assembleia da República e "número dois" da Frelimo, que tinha anunciado que não se candidataria ao Comité Central, alterou a sua posição devido a pressões de sectores dos delegados. ■

Teresa Lima, em Maputo

No encerramento do Congresso da Frelimo em Maputo

Joaquim Chissano acusou Renamo de fazer «manobras dilatórias»

Alexandre Chiure

Correspondente em Maputo

O PRESIDENTE Joaquim Chissano declarou, no encerramento do Congresso da Frelimo, que o desrespeito ou a rejeição dos mecanismos institucionais ou as interrogações sobre a sua legitimidade não passam de «manobras dilatórias» das verdadeiras negociações para o estabelecimento da paz em Moçambique.

Estas palavras surgem após a recusa, pela delegação da Renamo, em reconhecer o Governo, as suas leis e as instituições existentes no país, factos que levaram ao fracasso da sexta ronda negocial e à interrupção das negociações, por 30 dias, para reflexão.

No discurso de encerramento do VI Congresso antecipado da Frelimo, em que foi reeleito para o cargo de presidente, Chissano destacou as tentativas de assalto ao Poder fora dos mecanismos institucionais existentes, numa alusão ao preparativos de golpe de Estado descobertos em Junho pelas autoridades de segurança do seu país.

Para Chissano existem em Moçambique os mecanismos necessários para que todas as ideias políticas se exprimam livremente no interesse da nação moçambicana. «O respeito pela democracia é essencial para a paz, e a paz é factor decisivo para a consolidação da prática democrática, o reforço da unidade nacional, a garantia de justiça na sociedade e o progresso de Moçambique», considerou o chefe de Estado.

A este propósito, Joaquim Chissano deixou claro que implementar uma democracia pluralista significa respeitar os direitos de todos, não se podendo ficar indiferente, inactivo ou passivo «perante a acção dos nossos adversários políticos».

O Presidente moçambicano alertou para a necessidade de se encontrarem soluções para os erros e dificuldades herdadas da História, ou «para as que nós próprias criámos no interesse e benefício de todos, nas condições concretas que o país possui hoje». No seu discurso, Chissano não fez nenhuma referência às decisões tomadas

pelo Congresso, de renovação dos órgãos centrais da Frelimo e dos seus métodos de trabalho.

Ao que se sabe, este congresso traçou a estratégia a seguir até à realização das primeiras eleições gerais multipartidárias, previstas para o próximo ano, em Moçambique, incluindo a definição do seu manifesto político e a própria estratégia eleitoral. Na ocasião, o Presidente Chissano referiu que o novo Comité Central da Frelimo é representativo das preferências dos delegados, designadamente em relação à sua origem, sexo, condição económica, social e cultural. O novo Comité Central tem 176 membros, 160 dos quais são efectivos e 16 suplentes. Feliciano Gundana, ministro da Presidência e chefe do gabinete que preparou o Congresso, foi o mais votado, seguido de Aguiar Mazula, ministro da Administração Estatal e um dos membros da delegação do Governo de Maputo às negociações de paz.

Do novo Comité Central estão ausentes Sérgio Vieira, antigo ministro dos Serviços

Secretos moçambicanos, no Governo de Samora Machel, e actual director da Escola Central do Partido e do Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane. Isto sem contar com José Moiane, antigo governador da província de Maputo, e Manuel António, ministro do Interior, detidos por estarem implicados na tentativa de golpe de Estado. José Luís Cabado, ex-secretário adjunto das Relações Exteriores da Frelimo, também não consta deste novo órgão, acontecendo o mesmo em relação a Fernando Matalvel, antigo veterano da luta armada de libertação de Moçambique.

Refira-se que cerca de 37 por cento do total de membros do novo Comité Central são mulheres, sendo de destacar a injeção de «sangue novo» neste órgão, através da eleição de alguns quadros bem posicionados nos sectores económico e social de Moçambique. O Comité Central vai eleger agora o novo Bureau Político, o seu secretário e o Comité de Controlo e Disciplina, bem como o novo secretário-geral.

PUBLICO QUINTA-FEIRA, 22 AGOSTO 1991

Maputo persegue ilegais...

A POLÍCIA moçambicana está a desenvolver uma operação em Maputo, no sentido de identificar emigrantes ilegais de origem africana e em especial marinheiros. A operação enquadra-se na luta contra o aumento do número de marginais e de criminalidade no país, sobretudo nas cidades de Maputo, Beira e Nampula. A fonte policial declarou ainda que a operação está a ser dificultada pelos indivíduos procurados, que por vezes resistem à mão armada e de "forma suicida". ■

Construção pára em Maputo

CERCA DE 200 trabalhadores moçambicanos do sector da construção civil entraram ontem em greve em Maputo, exigindo aumentos salariais de 50 por cento e reenquadramentos profissionais. Um elemento da comissão representativa afirmou que a greve não será interrompida enquanto não forem satisfeitas as suas reivindicações. O caderno reivindicativo dos grevistas inclui, igualmente, a exigência de recebimento retroactivo do 13º mês relativo a 1990, prometido em Janeiro pela entidade patronal, mas ainda por pagar. ■

PUBLICO

QUINTA-FEIRA, 20 AGOSTO 1991

PELA EMANCIPAÇÃO

MARIA DE LOURDES TORCATO

Correspondente

MULHERES MOÇAMBICANAS LUTAM

«O caos em que Moçambique está hoje só pode ser resolvido com um Governo forte, baseado num partido sólido».

esta é a opinião de três mulheres da Direcção da «Associação das Mulheres Moçambicanas Empresárias e Executivas» (AMMEE).

Ligadas directamente aos problemas do desenvolvimento económico e social, as opiniões sobre política não podiam estar ausentes. Se não contribuem mais neste campo, dizem, é porque desconhecem muitas coisas, porque «em Moçambique a informação é tendenciosa» e, apesar do novo quadro constitucional, a imprensa «ainda é do Governo e da FRELIMO».

Henny Matos, presidente da AMMEE, Palmira Francisco e Albertina Castanheira, vice-presidentes, representam uma voz pouco ouvida, a da contestação construtiva, numa altura em que proliferam em Moçambique os partidos políticos caracterizados pela ausência de ideologia, desfasamento da realidade e falta de perspectivas.

● Vencer resistências

A AMMEE tem como objectivo ajudar as mulheres empresárias ou profissionais a valorizarem-se, a resolverem problemas práticos e a expandirem a sua actividade num meio social que, em geral, não lhes é favorável e, muitas vezes, é mesmo discriminatório.

Criada há menos de um ano, tem já razoável implantação. Diz Palmira Francisco: «Na cidade de Maputo temos 140 filiadas, no núcleo da Zambezia temos 12, no núcleo da Beira, o maior pequeno, temos 9, e no núcleo de Chimio temos 12. A maior parte das associadas são empresárias, na maioria em empresas das áreas «tradicionais»: cabeleireiras e boutiques. Nas executivas há já um número de posições com realce, temos economistas, juristas, engenheiras. Estamos em contacto com outras organizações, uma delas é a Federação das Mulheres sediada em Londres, com associações de mulheres no Zimbabwe, em Angola, no Malawi e Portugal. Em Portugal, temos contactos com a associação das mulheres empresárias e profissionais, que nos convidou para participar numa exposição em Janeiro deste ano. Estamos também em contacto com a Associação das Empresárias no Porto».

Sobre acções concretas realizadas, diz Henny Matos: «Fizemos um seminário em Junho, em que discutimos a questão do crédito bancário, os direitos comerciais da mulher, os procedimentos necessários ao estabelecimento de uma empresa e a problemática da gestão. Na questão dos direitos comerciais, verificamos que há discrepância entre a Constituição, que garante igualdade de direitos entre homens e mulheres, e certas leis que vêm do tempo colonial. Uma delas diz que a mulher, ao pedir a licença para se estabelecer com um negócio, precisa de autorização do marido».

«Na prática, esta autorização do marido não é pedida pelos funcionários. Mas a lei está em vigor e, se algum mais zeloso quiser, ela pode impedir a mulher de exercer uma actividade económica. Uma das questões a aprofundar é a do crédito bancário, que não diz respeito só às mulheres. Mas elas dizem que, pelo simples facto de ser

mulher, é muito mais difícil devido à atitude dos funcionários bancários, quase sempre homens».

«Além disso, continua Palmira Francisco, existe o preconceito de que actividades empresárias femininas são as floristas ou cabeleireiras e surge imediatamente desconfiança se uma mulher quer lançar uma empresa na área da construção civil, por exemplo».

● Bandidos destroem tudo

A outra vice-presidente, Maria Albertina Castanheira, explora uma quinta em Changalane, no distrito da Namacha, que por coincidência tinha acabado de ser atacada pela RENAMO horas antes desta entrevista ao JN. Para ela, a resolução da guerra é fundamental: «Na zona onde eu trabalho entram constantemente bandidos que destroem culturas, roubam animais, queimam casas... Desta vez queimaram-me também um tractor».

«Depois, quando temos um problema, por exemplo, perdemos uma parte do nosso equipamento, como um tractor ou uma motobomba, não temos a quem nos queixar. Eu tenho de parar a actividade, mas o banco não perdoa os pagamentos e o Governo também não dá apoio».

Há da parte desta agricultora grande ressentimento, partilhado aliás por muita gente, contra o acordo, no início dos anos 80, que fez com que o Governo atribuísse à multinacional «Lonhro» grandes extensões de terreno em várias zonas do país que concorrem para a situação desvantajosa dos pequenos e médios agricultores e criadores de gado.

A «Lomaco» (nome da companhia agrícola da «Lonhro» em Moçambique) — diz Albertina — «desistiu de trabalhar em Changalane, e está agora em Boame, devido à guerra. Mas, no nosso caso, os pequenos, temos parte de pedaço de terra num certo lugar que não podemos largar para ir para outro, porque não temos outro...». Nunca se ouviu a mesma crítica às herdades da «Lomaco» que usam os métodos de cultura de alta produtividade, com mecanização e produtos químicos em áreas enormes (precisamente o que se condenava nas chamadas «machambas estatais consideradas inadequadas para África, onde predomina a agricultura familiar»).

● Corrupção à solta

É aqui que Albertina Castanheira coloca a questão da corrupção da Administração desde os anos 80 até agora. Segundo ela, ministros, governadores provinciais ou simples directores de distrito assumem compromissos pessoais com estrangeiros e cita o caso de quando o Governo do Zimbabwe ameaçou agricultores zimbabwenses de os obrigar a vender terras a baixo preço ao Governo para este distribuir pelos camponeses sem terra alguns se terem vindo a instalar em território moçambicano para fazer tabaco e citrinos, à revelia dos planos escritos do Governo Central e sem que este faça alguma coisa para contrariar essa ocupação.

Albertina Castanheira fala da incapacidade ou desinteresse do Exército em proteger ou defender a população dos «bandidos» que hoje são uma entidade difusa. Se em alguns casos, como no ataque mais recente, a RENAMO é identificável, porque, além de roubar, queima e destrói, neutros os «bandidos

armados» são milícias ou soldados que apenas roubam alimentação, gado e alfaias — diz Albertina Castanheira. Henny Matos cita a criminalidade galopante nas cidades superlotadas e a disseminação de armas militares totalmente descontrolada, para identificar a crise de Moçambique como total ausência de lei e ordem. «O Governo precisa que surja um partido forte para o abanar e fazer entrar nos carris — diz Albertina — mas, embora eu não conheça bem a RENAMO, porque a nossa informação não nos esclarece, não me parece que ela seja esse partido».

Sobre as perspectivas de paz a partir das presentes negociações entre o Governo e a RENAMO, nenhuma tem ideias muito concretas para além de que um acordo de paz é imprescindível antes de iniciar qualquer plano de reorganização do país e da Administração. Mas embora seja condição necessária, não a consideram suficiente porque depois desse acordo têm de ser tomadas medidas drásticas para restabelecer a lei e a ordem e restaurar valores morais. «Vai demorar muito tempo. Por já há uma geração marcada, as crianças sem escola, sem profissão nem emprego, que vive na marginalidade e no crime» — diz Henny Matos.

Casa do Gaiato de braços abertos aos meninos pobres de Maputo

OBRA DO PAI AMÉRICO REGRESSA (16 ANOS DEPOIS) A TERRAS DE MOÇAMBIQUE

Governo de Chissano oferece 600 hectares de terreno fértil

A Casa do Gaiato, instituição que tem a seu cargo a formação de quase seis centenas de jovens carenciados, vai reiniciar amanhã a sua actividade nos arredores da capital moçambicana, após a nacionalização de bens ocorrida em 1975. Na sequência da ocupação das instalações pela polícia política, o Governo do presidente Chissano acaba de oferecer 600 hectares de terreno fértil para que os continuadores da obra do Padre Américo possam apostar nas potencialidades agrícolas da região. Por outro lado, prevê-se, para os próximos seis meses, o início da reconstrução das «aldeias» que foram abandonadas nas cidades angolanas de Malange e Benguela.

XAVIER ROSARIO

Texto

Uma equipa formada por dois sacerdotes, um técnico agrícola (antigo aluno da instituição), uma mulher e uma rapaz, vai recomeçar amanhã a instalação de uma Casa do Gaiato em Santiago do Infulene, a 26 quilómetros a sul de Maputo, começando por avariar uma «pequena casa de um fazendeiro», revelou ao JN o padre Manuel António.

Essa casa, disse, poderá, numa primeira fase, albergar alguns jovens,

enquanto a aldeia não estiver construída.

Segundo o coordenador daquela instituição, o Governo moçambicano ofereceu o terreno, esperando a Casa do Gaiato obter, por parte do «povo, autoridades e organismos de solidariedade», apoios que permitam fazer ultrapassar os problemas de centenas de crianças «vadias ou cujos pais tenham morrido na guerra civil».

Em seu entender, não existe naquele país nenhuma instituição vocacionada para o efeito.

Recordando que esta iniciativa surge na sequência de um convite efectuado pelas autori-

dades civis e eclesásticas moçambicanas há cerca de dois anos, aquele responsável explicou que a Casa do Gaiato implantou-se em Moçambique em 1967, quatro anos após a construção das «aldeias» em Benguela e Malange.

«O início da actividade em África constituiu a materialização do sonho que o padre Américo não chegou a ver realizado.

Aliás, acentuou, o fundador da instituição sempre disse que esta obra iria crescer depois da sua morte».

Referindo-se às «aldeias» que normalmente possuem salão de festas, salas de ensino, vacaria, e todos as restantes dependências para que mais de uma centena de rapazes de diferentes idades possam fazer uma vida em família, o padre Manuel António realçou que cada Casa do Gaiato é dimensionada para ter um «pai de família» (padre) que supervisiona os diversos departamentos.

No entanto, estas dependências são todas elas geridas por ex-gaiatos, muitos deles já casados e que vivem naquelas instalações, e que

são os únicos que auferem salários que «permitem uma vida desafogada mas simples e sem ambições, segundo o espírito da obra».

O paroco, que conviveu com o padre Américo, disse que, para o fundador da instituição, «o garoto da rua devia ser educado por outro garoto da rua», pois trata-se de uma casa onde «não há vigilantes nem funcionários, onde cada um faz aquilo que é capaz, em que os lugares de maior responsabilidade são ocupados pelos jovens que mostram capacidades de chefia, e o eventual recurso a estranhos tem sempre carácter provisório».

Assim, para além da actividade escolar, os rapazes distribuem entre si as tarefas da cozinha e da copa, tratam da vacaria e dos jardins, são barbeiros e lavadeiros e, aos sábados, ao fim da tarde, participam no «tribunal de família», reunião destinada a homenagear uns e chamar a atenção de outros por um comportamento menos correcto.

«O filho vem, o filho é nosso, e, como numa família, não tem idade

para entrar nem partir», sublinhou o padre Manuel António.

No entanto, realçou não poder receber bebés porque «falta-lhes a mãe», nem aceitar, por norma, indivíduos maiores de 13 ou 14 anos, por não poder dar o acompanhamento necessário a um jovem que pode ter frequentado a escola do crime e do vício.

Defensor de um clima de «educação responsável», e da manutenção da porta sempre aberta das instalações para que os jovens «se sintam li-

vers», o coordenador da Casa do Gaiato observou que, após o ciclo preparatório, cujas aulas são ministradas no interior da instituição, os rapazes que mostrarem capacidades para continuar os estudos deslocam-se à escola secundária mais próxima e, nas suas eventuais idas ao Porto, Coimbra, Lisboa ou Setúbal, utilizam os lares que «servem de complemento» à actividade do organismo.

Para além destas residências temporárias, a Casa do Gaiato tem «aldeias» em Miranda do

Corvo (Coimbra — desde 1940 — a primeira a ser criada, onde vivem cerca de uma centena de rapazes), Paços de Sousa (Paredes — desde 1943 — 170 jovens, sede da instituição), Santo António do Tojal (Lisboa — 1948 — 120 educandos), Beire (Paredes — 1954 — destinada a 20 diminuídos físicos e mentais) e Setúbal (1955 — 150 rapazes).

Recordando a vida do Padre Américo, acentuou que este paroco, natural de Galegos (Penafiel), começou por trabalhar numa loja de ferragens no Porto, viveu em Mo-

çambique e Espanha e só aos 42 anos de idade foi ordenado padre. O seu contacto com crianças que viviam em barracas levou a organizar, para estas, colónias de férias na montanha, arranjando meios de transporte e acomodação que previamente solicitava junto dos residentes locais.

Como não podia acompanhar todos os pequenos grupos que organizava, o Padre Américo convidava seminaristas e universitários para orientar as crianças que, em seu entender, regressavam das férias já com

outra cor, facto que o levou a pensar em ter «uma casa onde os pudesse deitar e dar-lhes o leite», explicou o continuador da sua obra.

Comprou então uma quinta em Miranda do Corvo (primeira Casa do Gaiato) e a sua dinâmica ficou a ser conhecida em todo o país, sendo posteriormente convidado a continuar a sua obra no Norte, para o que lhe foi oferecida uma quinta abandonada, que constituiu a cerca do Mosteiro dos Beneditinos, com 11 hectares, em Paços de Sousa.

TERMINOU O SEXTO CONGRESSO DA «FRELIMO»

COMITÉ CENTRAL RENOVADO EM METADE

Com três dias de atraso nos calendários, o Sexto Congresso da «Frelimo» elegeu 160 novos membros para o seu Comité Central (CC), 49 por cento dos quais não faziam parte do anterior órgão.

Os militantes mais votados para o «CC» foram Feliciano Gundana, ex-ministro ligado à Presidência da República, Aguiar Mazula, ministro do Trabalho, e Armando Guebuza, actual ministro dos Transportes.

Graça Machel, viúva de Samora Machel, aparece logo a seguir como a mais votada, antes dos nomes de Alberto Chipande, ministro da Defesa e veterano da luta contra o colonialismo, e de Pascoal Mocumbi, ministro dos Negócios Estrangeiros.

O segundo e terceiro congressistas mais votados – Aguiar Mazula e Armando Guebuza – participam nas conversações de Roma, e Feliciano Gundana, o mais votado de todos, poderá ser o futuro secretário-geral.

Marcelino dos Santos, membro fundador da «Frelimo» e que tinha pedido para se afastar da direcção do partido, reapareceu como candidato por pressão de antigos militantes, mas acabou por ficar em trigésimo



Discursando no encerramento do Sexto Congresso da «Frelimo», o presidente Chissano disse que a renovação do Comité Central significa que o pluralismo impõe uma separação mais rigorosa entre Partido e Estado.

sétimo lugar na lista dos votos. Sérgio Vieira, da «linha dura» da «Frelimo» e marxista-leninista convicto, não foi eleito, apesar de constar das listas de candidatura ao «CC» da «Frelimo».

Joaquim Chissano, presidente reeleito da «Frelimo» por 98,6 por cento dos votos – em lista única – presidiu ao encerramento do congresso e disse que este foi um marco

na vida da «Frelimo», partido no poder em Moçambique.

Chissano salientou ainda que o «CC» eleito representa não só as preferências dos militantes, mas também critérios de preferência por sexo, província de origem, estrato social e cultural e profissão dos eleitos.

O presidente moçambicano referia-se aos cerca de 30 por cento de mulheres eleitas

para o «CC» da «Frelimo», à distribuição (obrigatória) de lugares pelas diferentes províncias e à situação de classe de alguns dos eleitos para o «CC» da «Frelimo» – sobretudo nas províncias interiores.

«A renovação significa a tomada de consciência de que o pluralismo impõe uma separação mais rigorosa entre partido e estado», salientou Chissano no seu discurso.

Segundo o presidente da «Frelimo», os moçambicanos têm de se identificar com as suas diferenças étnicas e cultivar os usos e costumes, na ancestralidade cultural de cada um ou de cada grupo na geografia do país.

Sobre o processo de paz, Joaquim Chissano disse que a rejeição do Estado moçambicano e suas instituições pela «Renamo» são «manobras dilatórias» para recusar o diálogo com vista ao estabelecimento da paz.

O Sexto Congresso da «Frelimo» demorou 12 dias – mais quatro do que o previsto, devido a uma avaria nos computadores disponíveis para contagem dos votos para o «CC» – tendo aprovado os novos estatutos e programa do partido, numa linha de «socialismo democrático».

PÚBLICO

DOMINGO, 25 AGOSTO 1991

Mulheres subiram na Frelimo

AS MULHERES constituem 36 por cento dos 160 lugares permanentes e 16 suplentes do novo Comité Central (CC) da Frelimo, anunciado na noite de sexta-feira para ontem.

Cinquenta e um por cento dos eleitos, de entre 400 candidatos, não faziam parte do anterior CC, onde as mulheres só ocupavam 15 por cento dos lugares.

Não se candidataram o general Sebastião Mabote e o coronel Manuel António, antigos membros do comité que estão actualmente detidos pelo seu envolvimento na tentativa de golpe de estado de há dois meses.

Tinham retirado a sua candidatura, durante o VI Congresso da Frelimo, que há mais de uma semana decorre em Maputo, Marcelino dos Santos e o antigo ministro José Luís Cabaço. Mas pressões de muitos delegados levaram a que Marcelino, presidente da Assembleia da República, reaparecesse nas listas.

Quem se afastou mesmo do Comité Central foram os generais Hama Thai, Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, e Tobias Dai, comandante do Exército, dentro da política de despartidarização daquelas forças.

No novo CC, 27 por cento dos membros têm cursos universitários ou outro tipo de formação superior, o que representa um aumento significativo em relação ao que se verificava.

Hoje serão eleitos uma Comissão Política de 15 elementos que substitui o antigo Bureau Político, o secretariado do Comité Central, a Comissão de Verificação e o secretário-geral, cargo até aqui inexistente. ■

Teresa Lima, em Maputo

Marconi reforça-se em Moçambique

A Marconi e as suas associadas Teledata de Moçambique, Listas Telefónicas de Moçambique e Informática e Sistemas de Moçambique estão presentes, em conjunto, na Feira Internacional de Maputo, a FACIM.

A sua presença materializa-se com um 'stand', que engloba um centro de telecomunicações e que tem por objectivo dar todo o apoio aos expositores presentes no certame e facilitar o seu acesso a vários tipos de serviços da Marconi, tais como o Portugal Directo, Marconi Phone Card, Telex e Telefax.

Na altura da inauguração, foi feita a apresentação ao público da nova associada Informática e Sistemas de Moçambique (ISIS), companhia que apresenta duas vertentes de negócio: a nível de produtos, com destaque para a microinformática, equipamentos periféricos e redes locais, e a nível dos serviços, em especial os de informação, consultoria e oferta de «software» de desenvolvimento aplicacional.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 25 DE AGOSTO DE 1991

Maputo

NOS PRÓXIMOS dias, a Feira Internacional do Maputo (FACIM) deve receber ainda maior número de visitantes, de acordo com as previsões da organização. Empresas portuguesas e sul-africanas detêm a mais forte expressão no certame. Um reflexo da política de abertura seguida pelas autoridades moçambicanas.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS,

SEGUNDA-FEIRA, 26 DE AGOSTO DE 1991

Banco de Fomento e Exterior abre escritório em Maputo

Alexandre Chiure

Correspondente em Maputo

Serão inaugurados na próxima quarta-feira, na capital moçambicana, os escritórios de representação do Banco de Fomento e Exterior (BFE) de Portugal, o primeiro de uma série de três a abrir nas zonas sul, centro e norte de Moçambique, sem características comerciais.

Trata-se do primeiro serviço bancário estrangeiro a instalar-se no país desde a proclamação da independência em 1975.

A cerimónia de abertura da representação, a funcionar num prédio dos 33 andares, edifício considerado o mais alto da zona austral de África, será presidida pelo ministro do Comércio e Turismo português, Faria de Oliveira, que hoje chega à capital moçambicana.

O acto será testemunhado pelos representantes do secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, do Banco de Portugal e do Instituto para a

Cooperação Económica, Joaquim Ferreira Marques, Mendonça Pinto e Figueiredo Nunes, respectivamente.

Delegação portuguesa alargada

De entre o grupo dos accionistas e participantes do Banco de Fomento e Exterior, estarão presentes responsáveis das empresas Cimpor, Petrolgal.

De igual modo, a cerimónia de inauguração contará com a presença de representantes da holding estatal Investimentos e Participações Empresariais (IPE) e do Banco Borges & Irmão (BBI), para além de uma delegação do próprio Banco de Fomento constituída por cinco pessoas e que será chefiada pelo seu presidente, João Salgueiro.

Segundo informações colhidas pelo DN na capital moçambicana, a cerimónia de inauguração dos escritórios bancários contará igualmente com a presença do presidente e do vice-presidente da Confe-

deração do Comércio Português. Manuel Noronha Gamito e Amorim Martins.

Uma fonte ligada ao BFE, em Maputo, revelou que a área de acção da sua representação na capital moçambicana não incluirá operações comerciais, como é o caso concreto de aberturas de contas bancárias, visto que «a legislação vigente em Moçambique não permite tal actividade em relação aos bancos estrangeiros», mas espera-se que mais tarde se efective, dado o processo de democratização da economia moçambicana.

Sendo uma instituição virada para o apoio aos investimentos portugueses no estrangeiro, a montagem dos escritórios do Banco de Fomento e Exterior em terras moçambicanas é vista pelos agentes económicos locais como um grande contributo na cooperação que Portugal e Moçambique desenvolvem hoje na área empresarial, podendo facilitar alguns mecanismos de investimento portugueses no território moçambicano.

Outros escritórios do Banco de Fomento e Exterior deverão ser inaugurados, num futuro breve, nas cidades da Beira e Pemba, localizadas nas zonas centro e norte de Moçambique, regiões onde actuaem empresas portuguesas.

Dia de Portugal na FACIM

Refira-se, ainda, que na própria quarta-feira, dia da inauguração, o ministro do Comércio e Turismo português dará uma conferência de Imprensa aos jornalistas moçambicanos e estrangeiros, cujo tema não foi tornado público, para além de assistir à abertura de uma exposição de arte e de manter audiências com algumas entidades governamentais moçambicanas.

A delegação portuguesa vai visitar igualmente a 27.ª edição da Feira Internacional de Maputo (FACIM), onde terá a oportunidade de participar na recepção oficial do Dia Nacional de Portugal neste certame económico.

Sida mata em S. Tomé

A SIDA fez três vítimas em São Tomé e Príncipe, segundo informações oficialmente divulgadas na passada sexta-feira.

Em declarações à revista privada *Crónica*, o coordenador nacional do Programa de Luta contra a Sida, Fernando Silveira, acrescentou que há mais sete casos detectados, sendo, na sua maioria, adultos do distrito de Água Grande, onde está incluída a capital.

A primeira vítima foi uma criança, que faleceu em 1990, e as outras duas foram adultos idos de Portugal e Gabão, que faleceram já no decorrer deste ano.

Segundo Fernando Silveira, o primeiro seropositivo foi diagnosticado e reconfirmado em 1987, e até Dezembro de 1990 foram detectados os restantes doentes.

Dos sete casos actualmente conhecidos, cinco homens e duas mulheres, quatro já sofreram de doença sexualmente transmissível, nomeadamente blenorragia.

O Governo criou, com base nas orientações da OMS, um programa a curto prazo, de Maio de 1989 a Abril de 1990, mas as autoridades sanitárias receiam a proliferação de casos.

Debate em S. Tomé sobre a Constituição

A CONSTITUIÇÃO de S. Tomé e Príncipe está a ser objecto de uma discussão promovida por um grupo de deputados, que pretende contribuir para o aperfeiçoamento da lei fundamental do país. Ao assinalar-se, na quinta-feira, o primeiro aniversário do referendo constitucional, os líderes parlamentares do Partido de Convergência Democrática e do MLSTP/PSD, respectivamente Filinto Costa Alegre e Manuel Vaz Fernandes, orientaram um debate público, no qual foram apontadas várias incorrecções e desequilíbrios da actual Constituição.

London Review of Books, 15 August 1991

A year ago you could probably have got odds of 100-1 against the proposition that the man chosen to open the ANC's first national conference back in South Africa would be Jacob Zuma, the frequently feared chief of intelligence of the ANC's guerrilla arm, Umkhonto we Sizwe (MK). But supreme among Mr Zuma's qualities is the fact that he is one of the rare Zulus in the ANC's leadership, a status which quickly earned him promotion to head of the ANC's Southern Natal region, which includes Durban. From this position he earned a reputation as a charming and moderate diplomat in the tricky negotiations with Buthelezi's Inkatha movement. Welcoming delegates to the ANC's Durban conference, Mr Zuma caused minor gasps by talking of how Shaka Zulu, virtually Inkatha's patron saint, had had 'his own ideas of how to build a nation' (essentially, conquest, mass murder and forced assimilation). He also reminded delegates that 'everyone has wished this conference well; no one who has spoken of it has spoken against it' – a scarcely veiled reference to Buthelezi and a hint that it would be as well to avoid furious denunciations of the chief in his own backyard.

This sort of moderation had not worked wholly to Zuma's advantage in the feverish pre-conference manoeuvring over elections to the new National Executive Committee, and when Buthelezi publicly opined that Zuma would be a good choice for the post of ANC Deputy President vacated by Mandela on his assumption of the Presidency, the grinding of teeth within the ANC became almost audible. Initially, the No 2 job had seemed a clear choice between the movement's two young lions, Thabo Mbeki and Chris Hani. Such a choice would, however, have been profoundly divisive, for although both men are members of the Communist Party (SACP) – as, indeed, is Zuma, for MK is a wholly SACP outfit – Mbeki is viewed as a moderate and Hani, the boss of MK, as a fire-eating radical. In addition, Mbeki is known to have an icy relationship with Winnie Mandela – she reportedly struck him in one contretemps – while Hani is her constant consort and even has a bedroom in the Mandela house. Accordingly, both men agreed to stand down – until Zuma's name was mentioned as an alternative. Hani could hardly stand for the sight of another MK man, younger than himself, being promoted over his head and indicated that if Zuma was nominated, his own hat was back in the ring. Simultaneously a whispering campaign began against Zuma for being 'soft on Buthelezi', and it was hastily announced that the 79-year-old Walter Sisulu would stand for Deputy President to avoid all such difficulties.

Lions, Princes, Bosses – R.W. Johnson reports from Durban on the ANC's first national conference

Rumour persisted of a plan to ambush Hani: Sisulu would back out at the last minute saying he wanted time to be with his grandchildren and calling for a unanimous vote for Mbeki. Such rumours owed much to the frantic desire for reassurance felt in the boardrooms of corporate Johannesburg. Corporate lobbyists were hard at work amongst the presumed new men of power and talked earnestly about what would be best for 'Jacob' (Zuma), how 'Cyril' (Ramaphosa) was distressingly keen to keep his trade union and civic association jobs while taking over as ANC Secretary-General and, above all, how 'if we can just get Thabo in, we're set for the next twenty years.' (I heard of one business supremo who, in the midst of just such a lobbying meeting, realised, too late, that he'd 'bought the wrong man'.) The notion that choosing one personality rather than another can save the country from the ill effects of African nationalism is, of course, simple-minded. The fact that all the 'smart money' is on Mbeki is actually the best possible reason for betting on Hani.

The most active pre-conference skirmishers were all on the left. The hardly well-kept secret leaked out that Peter Mokaba, the fiery head of the youth section, had had a career as a police informer. Mokaba has become so prominent that it would be embarrassing for the ANC leadership to admit to this, so we suddenly found him cropping up at Mandela's side to welcome Oliver Tambo at Jan Smuts Airport – a sure sign in the new palace politics that Mokaba is in favour. The veteran Communist and organiser of the underground 'Vula' plot, Ronnie Kasrils, ran for office by repeatedly surfacing in press interviews as a sort of high-profile Scarlet Pimpernel. Ronnie – he's been a friend of mine for thirty years – is a man of great courage and incorrigible good humour. I derived great pleasure from seeing him back in Durban, a free man again.

Another Vula conspirator, Mac Maharaj, had resigned not only from the NEC but from the ANC itself out of an angry suspicion that he had been left to rot in jail simply because he was an Indian. His re-emergence had a double twist to it, coming shortly after the US announced that it was not going to pass on the funds it had allocated to the ANC so long as the movement was so tightly tied to the SACP.

Mandela then gave a hurried press conference. Maharaj at his side, to announce that Vula (which had aimed at the armed overthrow of the Government rather than negotiation with it) had not been a separate SACP operation but had been fully sanctioned by the ANC. The point of this was to prevent American fingers being pointed at Vula as the SACP operation it undoubtedly was – and to re-introduce Maharaj to the limelight at a point when some nervousness was felt that Indians might be knocked off the NEC by the scrum of ambitious Africans. Sure enough, Maharaj – a hard-line old SACP hand – now stood again for the NEC maintaining a steely silence about the reasons for his earlier resignation. Just how tight things might be for Indians became clear when the ANC's Pretoria-Witwatersrand region met to choose its 50 candidates for elective places on the NEC, and Aziz Pahad, though a senior ANC and SACP figure, found himself contesting 50th place with Winnie Mandela.

As the 2354 delegates assembled in the conference hall one's overwhelming impression was of a sea of young black males: in fact, 83 per cent were men and the average delegate age was 34. For rank-and-file delegates T-shirts were *de rigueur* ('Forward to the Democratic Working-Class Control of Sport' and 'Saddam Hussein – I support you' being my favourites), but the leading lights and the more ambitious cadres were heavily besuited, as betokens the new ruling class they self-consciously aspire to be. Nelson Mandela was shocked to see T-shirted drivers chauffeuring VIPs like himself and immediately prescribed collars and ties. Adelaide Tambo and Winnie Mandela vied with one another in the extravagance of the traditional African dresses they affected, Adelaide having apparently decided that she would like to contest the Mother of the Nation title (vacant). Despite all this, the prevailing mood was one of overwhelming earnestness and seriousness of purpose, not just because power is now within sight but because ANC activists are keenly aware that the last year has not been a good one for the movement. It has been comprehensively out-manoeuvred by de Klerk, signally failed to protect its own in the township violence, lost a good deal of potential support through its legendary inefficiency and failed to achieve its target

of one million members. Currently, it claims 700,000 members in 1000 branches – both suspiciously round numbers.

None of this had inhibited foreigners from treating the conference as an opportunity to greet the government-to-be, an assumption the ANC did not discourage, with its repeated references to 'when we take power'. There is something rather unhealthy about this tribute being paid to a political party which has yet to test its electoral strength. Fifty-six countries and 11 international organisations sent representatives to the conference. It was difficult not to sympathise with the anguished complaint of the Pan-Africanist Congress that these were in fact embassies to a political party and that organisations like the UN or the Anti-Apartheid Movement had no business sending representatives to one party conference unless they went to all of them. Should the ANC fail to win the first universal suffrage election – and nothing should be taken for granted yet – this presumptive paying of tribute is going to seem pretty silly.

The leadership strode onto the stage. The SACP leader, Joe Slovo, took up the chair – his position in the middle of the front row – an astonishingly confident gesture for a white man in such a black conference. Next to him sat Trevor Huddleston, who opened the conference with a prayer: 'Comrades, let us pray ...' The ANC talks of having ten official languages in Parliament but the language of the conference was emphatically and only English. Walter Sisulu announced that simultaneous translation was available in Zulu, Sotho and Xhosa. He then added that he should have mentioned that an Afrikaans translation was also available. It would be difficult to sum up the Afrikaner nightmare better than by suggesting that their language might become an afterthought fifth option.

With evident difficulty Oliver Tambo slowly recited a potted history of the movement, all bland enough stuff save for a passage in which he told how in 1984 'enemy agents' had fomented mutiny in the MK camps in Angola; how firm measures had been taken; how all such agents held prisoner had now been released; and how there must be eternal vigilance etc. This was movement-speak to cover the fact that there has been almost endless unrest in the MK camps, that in 1984 no less than 90 per cent of MK fighters in Angola had mutinied, that many had been consigned to the fearsome Quatro prison camp to suffer torture and death, and that the leadership had been deeply embarrassed by the attempts of some MK dissidents to attend the conference. When ANC exiles in former West Germany elected such a dissident as a delegate, conference organisers had rapidly announced that he would not be allowed to attend, and then a new quota rule was dragged up to exclude him – though delegates elected by ANC branches in Cuba and former East Germany who should also have been excluded by the new quota rule were allowed to attend. Only days before the conference opened, fresh trouble broke out in the Dakawa MK camp in Tanzania, leading to the arrest of ten Zulu-speaking guerrillas as 'Inkatha bandits'. The whole issue of MK

dissidents is an explosive one for the leadership and does something to explain the notable slowness in bringing these men back home. Meanwhile, within the movement at home, the myth of MK is strong and the conference gave repeated evidence of the existence of a powerful SACP-MK voting bloc.

Sitting close to the press seats was the unmistakable figure of Alan Boesak, attending as an observer because he had yet to join the ANC, a fact which had something to do with his messy divorce and forced resignation from his church position, but more to do with a major power-and-personality clash between Boesak and the rival élite which runs the ANC in his home Western Cape region. Essentially, this is a battle for leadership within the Coloured Left, with ANC stalwarts like Trevor Manuel bitterly pointing out that Boesak has never accepted the movement's discipline and that he is an incorrigible egocentric who makes policy up as he goes along. Boesak, for his part, retorts that the ANC has wholly failed to win Coloured opinion to its side in the Cape (a fact borne out by many polls) and that the attempt to rely on SACP-MK rhetoric is doomed to failure amongst this electorate, which is basically religious and socially conservative. At the same time, Boesak insisted that he could not join the ANC as just an ordinary member (which would mean accepting the existing Western Cape leadership of Trevor Manuel, Dullah Omar and Cheryl Carolus) but that a man of his stature would need to be given a major leadership position.

Boesak stayed inside the conference hall when the press was shown out after just a few hours. For the next four and a half days the conference stayed in closed session and extreme measures were taken to prevent delegates talking to journalists. Instead press briefings of a quite startling vacuity were held and we were repeatedly assured that inside the hall wonderfully open and democratic debates were going on. To distract us, a tour of the 'unrest areas' was laid on and five buses set off, four of which got lost. The fifth blundered into a police contingent who helpfully showed visitors the graves of Inkatha members slaughtered by the ANC, which had not been the idea behind the trip.

In fact, of course, delegates did gossip to the press. The debates did indeed seem to have been lively and democratic, but, inevitably, what one heard most about was what had gone wrong. The foreign representatives had resisted Sisulu's pleadings to keep their speeches short and had insisted on reading out long speeches, thus costing the conference a whole half day, never subsequently caught up. Then Alfred Nzo, the Secretary-General, having circulated a long and lugubrious report on the state of ANC organisation, proceeded to read it out – for six hours. Most dramatic of all, proceedings had to be suspended entirely over an angry women's demonstration, led by Adelaide Tambo, against the dropping of the 30 per cent quota places for women on the NEC. A press briefing was then held to explain that this was not necessarily a defeat for women: in fact, it was a sort of victory. The result of all this was that the conference ran way behind

and many commission reports were debated either inadequately or not at all. Given that the conference was in effect giving the new NEC carte blanche to do what it liked for the next three years, including the right to negotiate a new constitution with the Government, this may not have mattered too much.

The subsequent NEC elections showed the strength of the SACP/MK bloc, with SACP members occupying five of the top eight spots. There was and is endless speculation over how many SACP members there are on the new NEC, with guesses varying between 30 and 60 per cent – enough to control the game, in any case. The matter cannot really be settled while the SACP refuses to divulge its members, and the ANC supports it in this. What this means is that the SACP has become the new Broederbond, a dominant and quasi-secret society within the ruling party. What is clear is that no white or Indian could be elected to the NEC if they were not Communists. Coloureds could, just; and Africans could run as simple nationalists and win. But it's also more complicated than that: activists voted for militancy and for those with high profiles, and the loudest cheers at the post-conference rally were for Prince Mawayenzi Zulu's election to the NEC (the result of an arcane dynastic dispute with King Goodwill and Chief Buthelezi) – and for the presence of an Iraqi representative. What is one to make of an organisation which cheers both for a Zulu prince and for Saddam Hussein?

Mainly one should realise that the ANC lives most intensely at élite level – it enjoys a wide but diffuse and unorganised popular good will. Its leadership has thus far shown no real talent, nor even much interest in grass roots organisation, acting in a top-down manner which leaves little effective room for popular, or even activist, participation. This élite is clearly the nucleus of a new bourgeoisie which, if it achieves power, may talk the language of socialism for a while longer, but will in fact be as acquisitive and firm-handed as any other in Africa. This élite currently lives in a self-enclosed and self-appointed world in which the most important considerations are biographical (who did what in the struggle) and symbolic. The conference may have exposed the leadership to a brief burst of democracy but that is all over now and life within that intensely private political subculture can resume not seriously disturbed. The most worrying part of this is the way that complete moral certainty ('we speak for the oppressed') is frequently combined with the lack of any real feel for grass roots realities.

The SACP has, paradoxically, every interest in reinforcing these élitist tendencies, for it has only 30,000 members and is having considerable difficulty recruiting amongst its main target group, the trade-union rank and file. It is hugely more powerful at NEC level than it is at every successive level below that. Its small cadre is, moreover, way overstretched, for it is largely responsible for running the parts of the ANC that work as well as the SACP itself. And, above all, its trump card in the past was always that in exile it controlled the movement's purse-strings, thanks to its privileged access to the Communist bloc.

Now, with the collapse of that bloc, it can not only no longer attract such funds but, as the recent hold-up of US funds so dramatically illustrates, it is a force which actually pushes money away from the ANC. The Party's organisational grip may be strong but it is a good question how long the rising bourgeoisie of the ANC – let alone all the other hungry mouths within the movement – will stand for this.

The real counterweight to that is the growing power of constituency. At the moment most of the ANC élite has little constituency basis: Pahad and Winnie, for example, could get elected to the ANC only thanks to diffuse support outside their own region. Similarly, Zuma may have ended up with a top job but he was utterly trounced in his contest with the ageing Harry Gwala in both the Southern Natal and the Natal Midlands regions. Gwala may be a self-confessed Stalinist but he, not Zuma, is clearly the ANC boss of Natal, the top ANC Zulu among Zulus.

The whole Boesak melodrama was also about constituency. Boesak had come to the conference in order to do a deal with Mandela which would enable him to leapfrog the likes of Trevor Manuel. But when his name was placed in nomination for the NEC Manuel reacted furiously: how could Boesak, still a non-ANC member, even be considered? Manuel won the day but Boesak has since joined the movement in the clear expectation of co-optation to the NEC. His strength is that he may be able to swing Coloured votes to the ANC that Manuel and Carolus can't. His weakness is that to make his bargaining position credible he has to threaten to do the opposite if he is thwarted, and in practice he has nowhere else to go but to the ANC. We are likely to see other constituency tug-of-wars. Already it seems clear that the real power-brokers will not be the high-profile names elected to the NEC at conference but the 28 ex-officio regional officials. These were the men who forced the old NEC to accept drastic revisions to the ANC constitution and they are the men in possession of ANC regional organisation, such as it is. They, rather than the beauty contestants of the conference hall, are the men to watch.

The most consummate constituency player to emerge to date is, however, Chris Hani. No sooner was he back in the country than he headed straight for the Xhosa heartland of the Transkei. In effect, this all-important reservoir of ANC support has become Haniland.

London Review of Books

15 August 1991

Hani has reached an accommodation with the Transkei's ruler, General Holomisa, which allows him to build an MK/SACP base there, and his power has increasingly assumed chiefly proportions. Hani comes from the same district as the old Bantustan ruler, Chief Matanzima, under whom the Transkei received its 'independence' and he has taken over most of Matanzima's retinue, including the famous Transkei United Women's Organisation – the celebrated 'TUWO aunties' who used to ululate the praises of Matanzima, and now do the same for Hani. In addition, Hani has criss-crossed the country on speaking dates and even visited the US as the guest of the American CP. Hani now has behind him the SACP, MK, Winnie Mandela, the Transkei and the militant youth of the country – a virtually unstoppable combination. The only other player with so solid a regional base lies outside the ANC – Chief Buthelezi. But his wider national following was slender even before the revelation of secret government funding for his Inkatha movement sapped it further.

The ANC may have its certainties but the country as a whole, even as it celebrates the end of sanctions, swims with uncertainty, an uncertainty greatly increased by the way the Government has shot itself in the foot with the Inkatha funding scandal. Two years ago P.W. Botha was still confidently in power and everything we now take for granted was unimaginable. In those terms 1993 is much more than two years away: race politics may be over but the race itself is all to come. □

South Africa

Capital values

FROM A SPECIAL CORRESPONDENT IN JOHANNESBURG

FOR an integrated South Africa, say the white people who believe in such a thing, black capitalists will be one of the pillars. Blacks who join the economic system, they say, will not want to see it torn apart. In the next breath the prejudices come tumbling out: "Blacks are lazy, blacks can't be entrepreneurs, there is no such thing as an African business sector."

Most official policies are marked by the same contradiction. In theory, white officials and businessmen believe that black entrepreneurs should be encouraged. In practice, old prejudices, old habits and old ways of determining everything from lending to education continue to discourage would-be black capitalists.

Until the late 1980s black people could own no property and obtain no business licences. Many of the more conspicuous black entrepreneurs began by operating illegally, in the drink, gambling or transport businesses. A few more, very lately, have started from scratch. Most work in the "informal sector": this means that they are modest retailers (traders and street vendors), owners of small service companies (repairmen and mechanics), or keepers of township drink and grocery shops. Since the authorities began encouraging such small businesses, they have changed the look of South African cities. Optimists point to the speed of their growth as evidence of what blacks can achieve, given the chance.

But Johannesburg's hawkers will not soon be competing with Anglo American. The South African Central Statistics Service reckons that the informal sector contributes only 3% of GDP. Of the 2m workers who take part in it, only about 12,000 make a monthly profit of more than 5,000 rand (\$2,000). Hawkers remain hawkers.

Blacks who seek to expand from a shop to a supermarket face tremendous obstacles. Until recently they could not get bank loans at all: owning no property, they had no collateral. Banks still do not like lending without personal security. In the townships, where violence is assumed to be endemic, insurance rates are high. Skills are scarce among black people: until 1987, only two technical schools were open to them. Although some blacks have prospered, the heritage of apartheid is that blacks rank far below whites, Indians, and Coloured (mixed-race) people in everything from literacy and numeracy to university degrees.

The suspicion survives, moreover, that established (meaning white) businesses throw impediments in front of blacks who try to expand into their territory. AFSURE, a black-run insurance firm, tried to get busi-



Short back and sides, long odds against expansion

ness from local councils in black townships. It found itself consistently undercut by established insurers, which it believed were willing to lose money to keep new competition down. There was nothing illegal about that: the only remedy would be fresh legislation discriminating in favour of blacks, and therefore against whites.

The dramatic success story is the black taxi business, which responded to deregulation in the 1980s by becoming the main means of transport for far-flung townships and tribal areas. The minibuses drivers, shouting for custom on the corners of city streets, face (and often defy) a host of regulations. With black entrepreneurship so strongly concentrated in this industry, it is small wonder that the police regard it as a network of protection rackets.

Some large companies, to be fair, work hard to foster black enterprises, often by

supplying their more reliable employees with tools and raw materials, and by setting them up as independent subcontractors. This enables hard workers to earn good money, and to hire others to keep their tools working round the clock. (It also, say cynics, reduces the power of black trade unions.)

Advocates of black business insist that it will not expand—or not fast enough to satisfy aspirations—without what Thami Mzwai, a business writer for the *Sowetan*, calls a "massive programme of affirmative action". He means that white businesses should be compelled to hire black workers and to use black subcontractors. Others call for a huge assault on education, using schools day and night for adults as well as for children. Letting the market take its course, in an economy dominated by old habits and giant monopolies, may not be enough for South Africa.

CONTRA A VIOLÊNCIA NOS «GHETTOS» NEGROS

PROJECTO DE ACORDO DIVULGADO EM JOANESBURGO

Um projecto de acordo elaborado pelo Governo sul-africano, pelo Congresso Nacional Africano (ANC) e pelo Partido Inkatha, para acabar com a violência nos «ghettos» negros, foi divulgado sábado em Joanesburgo.

O projecto, apresentado ao conjunto dos partidos

políticos (à excepção da extrema direita), deverá ser ratificado numa convenção nacional para a paz, que está prevista para 14 de Setembro, em Joanesburgo.

O plano estabelece um código de conduta para as forças da ordem e para os partidos políticos, prevê me-

canismos de controlo do seu cumprimento e aponta para a criação de uma comissão encarregada de examinar as causas das acções de violência, que provocaram a morte de mais de 10.000 pessoas desde 1984. O acordo submete as forças policiais a estreita vigilância, restringe o

porte de armas e proíbe os exércitos privados ou a criação de milícias pelos partidos políticos.

O presidente da África do Sul, Frederik de Klerk, congratulou-se com a conclusão do projecto de acordo, que vai acelerar o início de negociações constitucionais.

PÚBLICO

SEGUNDA-FEIRA, 26 AGOSTO 1991

Sufrágio universal na África do Sul

OPORTUNIDADE DE... do Parlamento... (NP) e... projecto de uma... do seu... a... extrac... in... a... t... q... e... se... m... d... b...

Le Monde • Jeudi 22 août 1991

L'ANC est accusé d'avoir torturé certains de ses dissidents

JOHANNESBURG

de notre correspondant

Le Congrès national africain (ANC) est très embarrassé par les accusations de torture lancées à son encontre par d'ex-« espions » sud-africains, rapatriés d'Ouganda, samedi 17 août. Ces anciens militants du mouvement nationaliste noir, dont l'ANC affirme qu'ils ont été « retournés » par les services spéciaux ou par l'armée sud-africaine, ont néanmoins accepté de recevoir, lundi après-midi, à Johannesburg, la visite de M. Chris Hani, le chef de la branche armée de l'ANC, et de M^{me} Winnie Mandela.

Dans le délicat contexte de négociations entre l'ANC et le gouvernement, ces accusations, très précises, risquent de servir les ennemis du mouvement présidé par M. Mandela, en premier lieu l'Inkatha, le mouvement à dominante zoulou de M. Buthelezi. Elles risquent également de remettre en mémoire les sévices infligés à des jeunes Noirs de Soweto, pour lesquels M^{me} Mandela avait dû comparaître en justice.

L'entretien de M. Hani et de M^{me} Mandela avec quelques-uns des trente-deux « espions », ou présumés tels, s'est terminée de façon surprenante. A l'issue d'un huis-clos de trois heures, une déclaration commune de l'ANC et du groupe des « espions » a été lue par Winnie Mandela. Selon ce texte sibyllin, « tous vont tenter de résoudre le problème », et « l'important est la réintégration en Afrique du Sud ». Le chef de la branche armée de l'ANC a même, geste étonnant, passé son bras autour de l'épaule d'un de ces militants que l'ANC, hier encore, vilipendait, et que M^{me} Mandela n'a pas craint d'appeler « camarades ».

M. Hani avait pourtant été nommé accusé, la veille, par un porte-parole des ex-détenus de l'ANC, M. José Ribeiro de Souza - soupçonné par M. Hani d'être un agent des services spéciaux sud-africains et de la CIA, - d'avoir « couvert » les tortures que lui-même et d'autres prisonniers ont subies.

Les trente-deux dissidents de l'ANC sont logés dans des hôtels de Johannesburg, sous la protection du Comité international de la Croix Rouge (CICR). - (Intérim.)

Le Monde. Mardi 27 août 1991

AFRIQUE DU SUD: le parti de M. De Klerk envisagerait le droit de vote pour les Noirs. - Le Parti national du président Frederik de Klerk va proposer une nouvelle constitution accordant le droit de vote aux Noirs - selon le principe: «un homme, une voix» -, a indiqué, dimanche 25 août, le journal pro-gouvernemental afrikaaner Rapport. Ce projet conforme sur certains points avec les positions de l'ANC, pourrait être annoncé lors d'un congrès extraordinaire du parti au pouvoir, le 4 septembre, précise le journal. - (AFP, AP.)

QUARTA-FEIRA, 21 AGOSTO 1991

PÚBLICO

Dois brancos matam negro com "tortura do colar"

DOIS BRANCOS mataram um negro, usando um método conhecido pela "tortura do colar", soubo-se na terça-feira em Joanesburgo. O método consiste em pôr ao pescoço da vítima uma peça regada com gasolina ao qual se põe fogo. Os assassinos foram declarados culpados de agir em conjunto "com intenção de assassinar". Johannes Masinga, em Sebeandro preso da, fazendo-o sofrer a tortura, declarou o juiz do Supremo Tribunal da África do Sul. Este suplício é usado geralmente nos "ghettos" negros sul-africanos para matar pessoas suspeitas de informar a polícia.